



Número: **0800034-02.2016.8.15.0611**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **Vara Única de Mari**

Última distribuição : **10/08/2016**

Valor da causa: **R\$ 16200.0**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	Francisco Israel Cardoso da Silva
AUTOR	JOSE FRANCISCO DA SILVA
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
ADVOGADO	SUELIO MOREIRA TORRES
ADVOGADO	JOAO ALVES BARBOSA FILHO

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4678245	10/08/2016 15:42	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
4678275	10/08/2016 15:42	<a href="#">INICIAL</a>	Memorial
4678283	10/08/2016 15:42	<a href="#">1- Outorga de poderes e declaração de pobreza</a>	Outros Documentos
4678289	10/08/2016 15:42	<a href="#">2- Documentos pessoais e comprovante de residência</a>	Outros Documentos
4678293	10/08/2016 15:42	<a href="#">3- Documento do veículo</a>	Outros Documentos
4678295	10/08/2016 15:42	<a href="#">5- B.O.</a>	Outros Documentos
4678458	10/08/2016 15:47	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
4678474	10/08/2016 15:47	<a href="#">4- Laudo</a>	Outros Documentos
5390421	17/10/2016 23:00	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
6606536	14/02/2017 14:43	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
6606731	14/02/2017 14:48	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
6607300	14/02/2017 15:00	<a href="#">Carta</a>	Carta
6956473	14/03/2017 15:09	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
6956537	14/03/2017 15:09	<a href="#">PROCURAÇÃO ATOS SUBS 2016 LIDER- 1</a>	Procuração
6956546	14/03/2017 15:09	<a href="#">PROCURAÇÃO ATOS SUBS 2016 LIDER-2</a>	Procuração
6956558	14/03/2017 15:09	<a href="#">2293635 CONTESTACAO E SUBS</a>	Outros Documentos

70316 76	20/03/2017 12:59	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
70316 85	20/03/2017 12:59	<a href="#">JOSE FRANCISCO</a>	Devolução de Mandado
70798 36	22/03/2017 17:21	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos
70798 85	22/03/2017 17:21	<a href="#">JOSE FRANCISCO DA SILVA - CARTA DE PREPOSIÇÃO</a>	Outros Documentos
71162 40	24/03/2017 13:17	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência
71162 36	24/03/2017 13:17	<a href="#">0800034-02.2016.815.0611 - TERMO DE AUDIÊNCIA</a>	Termo de Audiência
73108 81	06/04/2017 17:12	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
73109 08	06/04/2017 17:12	<a href="#">JOSE FRANCISCO DA SILVA - CARTA DE PREPOSIÇÃO (2)</a>	Outros Documentos
73830 91	12/04/2017 10:25	<a href="#">OFÍCIO</a>	OFÍCIO
73831 11	12/04/2017 10:25	<a href="#">08000034-02.2016.815.0611 - OFÍCIO</a>	OFÍCIO
74439 56	18/04/2017 16:50	<a href="#">Petição. Parte autora</a>	Petição
74439 87	18/04/2017 16:50	<a href="#">Docs do acidente</a>	Outros Documentos
76812 37	05/05/2017 14:21	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos
76812 51	05/05/2017 14:21	<a href="#">0800034-02.2016.815.0611 - AR DEVOLVIDO</a>	Aviso de Recebimento
77441 01	10/05/2017 11:50	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos
77442 88	10/05/2017 11:50	<a href="#">0800034-02.2016.815.0611 - Nº 1045 DE 2017</a>	Outros Documentos
77588 90	11/05/2017 08:44	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
79460 83	23/05/2017 16:15	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
79461 14	23/05/2017 16:15	<a href="#">0800034-02.2016i</a>	Devolução de Mandado
97319 85	15/09/2017 20:57	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
97319 89	15/09/2017 20:57	<a href="#">0800039-02.2016.8.15.0611 - CERTIDÃO</a>	Informações Prestadas
10417 978	26/10/2017 11:11	<a href="#">Ofício</a>	Ofício
10417 993	26/10/2017 11:11	<a href="#">0800800034-02.2016.8.15.0611 - OFÍCIO DA DELEGACIA DE MARI PB</a>	Ofício
13660 645	16/04/2018 15:26	<a href="#">Petição de habilitação nos autos</a>	Petição de habilitação nos autos
13660 678	16/04/2018 15:26	<a href="#">2293635 PETICAO REGULARIZACAO PROCESSUAL</a>	Outros Documentos
14386 938	21/05/2018 20:15	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

Petição Inicial em PDF...



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_ª VARA  
DA COMARCA DE MARI/PB.**

**JOSÉ FRANCISCO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identidade sob o nº. 2.304.372, expedida pela SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº. 760.369.874-04, residente e domiciliado à Rua Francisca de Luna Freire, nº. 496, Centro, Mari/PB, por intermédio de seus mandatários *in fine* assinados, com escritório profissional encravado no rodapé desta peça, onde recebe intimações e correspondências de estilo, vem, respeitosamente, à presença de V. Exª., propor **AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT**, nos termos do artigo 3ª e seguintes da Lei 6.194/74, e demais dispositivos legais aplicáveis à *espécie*, contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, estabelecida à Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, CEP: 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelas razões de fato e de direito que passar a expor:

**I - DA JUSTIÇA GRATUITA**

A parte promovente não possui condições financeiras para suportar as despesas do processo judicial, sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

- 1 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.  
**TELEFONES- PB:** (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.  
**E-MAIL:** **CARDOSOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR**

Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da **justiça gratuita**, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, que garante o acesso à justiça gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, c/c com o artigo 98 e seguintes do CPC.

## **II – DO RESUMO PRÉVIO DOS FATOS**

Consoante restará demonstrado no decurso da demanda, a parte promovente foi vítima de acidente ocorrido em 29/05/2016, por volta das 18:30 hs, entre as cidades de Mari e Sapé, sofrendo lesões corporais, quando a motocicleta, de marca Honda CG 150 FAN, cor preta, ano 2004, de placa OGF – 3637/PB, chassi nº 9C2KC1680ER454903, conforme documento em anexo, ao dirigir-se até a cidade de Mari/PB, nas proximidades do Parque de Vaquejada, colidiu na traseira de um veículo.

Nessa ocasião foi socorrido e encaminhado ao Hospital Sá Andrade em Sapé/PB, segundo consta o B.O. de trânsito realizado pela 5ª Delegacia de Polícia Civil daquela Comuna.

Com o acidente sofreu trauma contuso, além de fortes dores e limitação articular dos movimentos.

Evidentes, dessa forma, o acidente, **e diante de todo o ocorrido**, recorre a parte autora às barras da justiça, nos termos da lei.

## **III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

### **1. DA DESNECESSIDADE DE PEDIDO NA VIA ADMINISTRATIVA**

A falta de requerimento administrativo prévio, o que não é o caso dos autos, visto que a parte requereu administrativamente, mas, até o presente momento não logrou êxito, como dito acima, e somente por amor ao debate, não obstar a propositura da ação, nem importa na falta de interesse de agir da parte.

- 2 -

Com efeito, **não há necessidade de esgotamento da via administrativa**, como requisito para o ajuizamento de demanda judicial postulando indenização proveniente de seguro DPVAT, em razão do disposto no art. 5º, XXXV, da CF/88, que assim determina:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
(...) XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; [...].

Nesse sentido, inclusive, farta jurisprudência dos Tribunais pátrios:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUROS. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. DPVAT. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. O direito subjetivo de ação da parte autora não está condicionado a qualquer óbice de cunho administrativo para o seu exercício, bastando apenas, para ingressar em Juízo e receber a tutela jurisdicional, que estejam preenchidas as condições da ação. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento Nº 70039041835, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 01/11/2010).*

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. **AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.** PROVIMENTO LIMINAR AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, NA FORMA DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. Decisão "a quo suspendendo a tramitação do feito por 30 dias, para que a parte autora providencie no encaminhamento do pedido administrativo de pagamento do*

- 3 -

*seguro DPVAT. Decisão modificada, porquanto o esgotamento da pretensão na via administrativa não é requisito ao ingresso em juízo. Inteligência do art. 5º, XXXV, da CF/88. AGRADO DE INSTRUMENTO PROVIDO LIMINARMENTE. (Agravado de Instrumento Nº 70030558449, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Julgado em 09/06/2009)*

Como visto, o requerimento administrativo do pagamento do seguro obrigatório e a recusa da seguradora não constituem pressuposto de admissibilidade da ação de cobrança e não afastam o interesse da parte autora, em razão do princípio do livre acesso ao Judiciário, encartado no inciso XXXV, do artigo 5º, da Constituição Federal.

## **2. DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA**

Trata-se de ação de cobrança referente à indenização securitária – DPVAT –, por invalidez permanente e ressarcimento de despesas de assistência médicas e suplementares.

A Lei 6.194/74 dispõe sobre o **seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre** nos seguintes termos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

**I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;**  
**(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)**

- 4 -

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

Art. 10. Os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, que serão pagas diretamente ao beneficiário, observados os valores previstos nas normas vigentes, por pessoa vitimada.

A jurisprudência é uníssona nesse sentido:

- 5 -



**APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**  
**DPVAT - Interposição contra sentença que julgou procedente a**  
**ação de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT. Acidente com**  
**trator. Indenização por seguro obrigatório devida. Invalidez**  
**permanente do autor comprovada.** Sentença mantida. Apelação  
não provida. DPVAT (3777973320108260000 SP 0377797-  
33.2010.8.26.0000, Relator: Mario A. Silveira, Data de Julgamento:  
15/06/2011, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação:  
20/06/2011)

Assim, faz jus a **concessão do seguro pleiteado**, nos termos da legislação acima descrita.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

##### **POSTO ISSO, REQUER:**

1. A concessão do **benefício** da justiça gratuita, em virtude de não possuir condições de arcar com as despesas processuais, nos termos da Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, e, também, o art. 98 do CPC;
2. Seja recebido o presente, bem como todas as peças que a instruem, **julgando-a procedente** em todos os seus termos;
3. A citação do requerido, no endereço indicado, para que conteste a presente peça de ingresso, sob pena de revelia e de confissão quanto à matéria de fato;
4. A total PROCEDÊNCIA da ação com a condenação da promovida ao pagamento da importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, corrigidos e com juros moratórios desde o evento, nos termos da Súmula 54 do STJ, referentes ao seguro DPVAT, ou, **caso assim não entenda V. Ex<sup>a</sup>, seja estipulada com base na tabela** de que trata o art. 3º, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 6.194/74;

- 6 -

5. Ademais, requer a condenação da promovida ao pagamento da importância de R\$ 2.700,00, como reembolso à vítima, referentes às despesas de assistência médica e suplementares assim comprovadas;
6. Seja oficiado o DML para realização de perícia médico-legal na parte promovente, caso V. Ex<sup>a</sup>. entenda necessário, a fim de que seja esclarecido se, como resultado do acidente com veículo automotor havido, ocorreu em sua pessoa: a) invalidez permanente total ou parcial: b) em caso de invalidez permanente parcial, se essa foi completa ou incompleta: c) em caso de invalidez permanente parcial incompleta, se a perda anatômica ou funcional foi de repercussão intensa, média, leve ou residual: d) qual o grau dessa invalidez, numa escala de 0 a 100%, tudo nos termos do art 3º, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 6.194/74, acostando-se cópias de eventuais laudos médicos já produzidos;
7. Por se **tratar de matéria de direito**, logo após a realização do **exame requerido**, REQUER o julgamento antecipado do mérito;
8. Seja condenado o réu em **custas processuais e honorários advocatícios** sobre o valor da causa.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito, de modo específico o depoimento pessoal da ré, testemunhas e juntada de documentos, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis.

Em consonância aos artigos 319, inciso VII, e 334, § 5º, do Código de Processo Civil, informa a parte demandante que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou de mediação.

Atribui-se à causa o valor de **R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais)**, para efeitos meramente fiscais.

Nesses termos,

Pede deferimento.

MARI/PB, 25 de julho de 2016.

- 7 -



**FRANCISCA CARDOSO DA SILVA**

ADVOGADA

**FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA**

ADVOGADO

**THIAGO DE OLIVEIRA SOUSA**

ESTAGIÁRIO

**DOCUMENTOS EM ANEXO:**

- 1- Outorga de poderes e declaração de pobreza
- 2- Documentos pessoais e comprovante de residência
- 3- Documento do veículo
- 4- Laudo
- 5- Boletim de Ocorrência
- 6- Outros documentos

- 8 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.  
**TELEFONES- PB:** (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.  
**E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR**

**PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA JUDICIA"**

**OUTORGANTE(S):** José Francisco da Silva, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade sob o nº 2.304.372, expedida pela SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº 760.369.874-09, residente e domiciliado na Rua: Francisca de Lima Freire, s/n, Silva e Costa, Marí/PB, CEP: 58.345-970.

**OUTORGADOS:** FRANCISCA CARDOZO DA SILVA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº. 15011, e/ou FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 16769, todos com endereço profissional descrito no rodapé desta outorga, onde recebe notificações, citações e intimações de estilo.

**PODERES:** Para o fim de defender os interesses do(s) outorgante(s), que lhe confere amplos poderes para o foro em geral e para representá-lo(s) em repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias e quaisquer outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive e especialmente perante o Instituto Nacional do Seguro Social, para tratar de assunto do seu interesse, assinando livros, requerimento, guias e documentos, requerer benefícios previdenciários e suas revisões, transformação, desistência, reafirmação de protocolo, parcelamento, confissões, alteração de dados especiais, cadastro, ficha, obter vista em procedimento administrativo ou fiscal, concordar ou recorrer de decisões administrativas, apresentar razões e contrarrazões, acompanhar os recursos e procedimentos em qualquer instância, tudo requerendo para defesa dos citados interesses, conferindo-lhe, ainda, poderes para, utilizando dos recursos judiciais legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizado a **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica**, nos termos do art. 105 do CPC, prestar compromisso, declarações e acordo, **receber alvará judicial, RPV e precatórios**, deduzindo e compensando os seus por despesas de verbas honorária contratual e as decorrentes da sucumbência, nas respectivas prestações de contas ou depósitos judiciais, **agindo em conjunto ou separadamente**, autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem, com **poderes para renunciar, sobretudo os valores que excederem o teto do Juizado Especial Federal ou Estadual** no afã de utilização de seu rito célere, praticando todos os atos que se fizerem necessários ao fiel desempenho do presente mandato, dando por bom, firme e valioso.

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA:** Desejando obter os benefícios da gratuidade da justiça, declara(m) o(s) outorgante(s), sob as penas da lei, que não possui(em) recursos suficientes para custear qualquer demanda sem prejuízo do seu sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 do CPC, declarando, ainda, ser(em) conhecedor(es) das sanções administrativas, civis e penais advindas de inverdades da presente declaração.

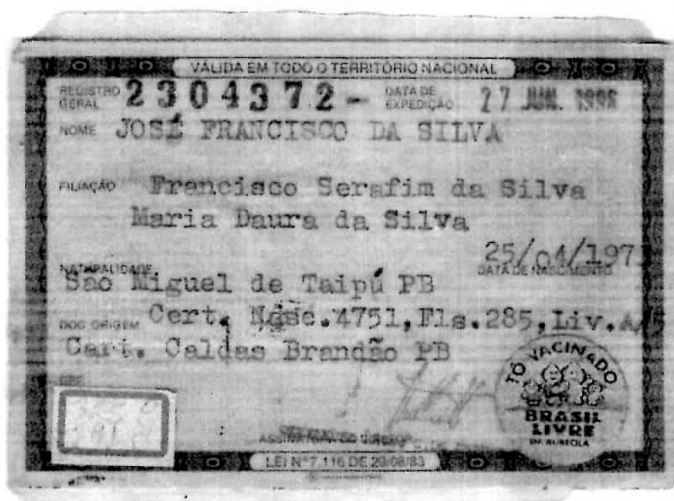
Sapé/PB



18 de Julho de 2016

OUTORGANTE(S)

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orsines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.  
**TELEFONES- PB:** (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.  
**E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR**




**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome  
**JOSE FRANCISCO DA SILVA**

Nº de Inscrição  
**760369874-04**

Data do Nascimento  
**25/04/73**



MARINALVA SERAFIM DA SILVA  
RUA FRANCISCO DE ASSIS, 145 - JARDIM VILA  
MARIPÁ - CEP: 55440-000

ENERGISA PARÁIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
Energisa Paraiíba - Distribuidora de Energia S.A.  
Rua Francisco de Assis, 145 - Jardim Vila Maripá - CEP: 55440-000  
CNPJ nº 06.960.100/14-40 - Ins. Est. nº 016.623-0  
Prestação de Serviço: 13/05/2016  
Emissão: 13/05/2016  
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000.539.092  
Código para Débito Automático: 00003104999

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/310499-9**

Canal de contato

Mai / 2016

Apresentação

13/05/2016

Data prevista da  
próxima leitura

14/06/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

1288051441

Faturas em atraso

20/04/2016 57,82

Histórico de Consumo  
(kWh)

Abr/16	96
Mar/16	95
Fev/16	101
Jan/16	99
Dez/15	91
Nov/15	98
Out/15	98
Set/15	115
Ago/15	95
Jul/15	97
Jun/15	102
Mai/15	107

Média dos últimos meses  
98 kWh

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
13/04/16	1376	13/05/16	13862	30

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	100	0,41817	41,81
ICMS			14,72
PIS			0,42
COPINS			1,94

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	58,89	25,00	14,72
PIS	58,89	0,7193	0,42
COPINS	58,89	3,3032	1,94

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

20/05/2016

R\$ 58,89

1dfe.337b.4edf.6e85.ab9a.a26c.1981.618e

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	3/2016 - Sape	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	7,30	0,00
DIC TRIMESTRAL	14,53	0,00
DIC ANUAL	28,06	0,00
FIC MENSAL	9,80	0,00
FIC TRIMESTRAL	7,22	0,00
FIC ANUAL	14,45	0,00
DMIC	4,14	0,00
DICRI	12,22	0,00

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia PB	15,45	26,24
Compra de Energia	20,25	34,39
Serviço de Transmissão	1,21	2,05
Encargos Setoriais	4,90	8,32
Impostos Diretos e Encargos	17,09	29,00
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	68,89	100,00

Valor do EUSD (Ref. 3/2016) R\$ 21,09

ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s), acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 28/05/2016. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após esta data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.



Num. 4678293 - Pág. 1



## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Maria da Conceição Pinheiro Lima,  
RG nº 1510-283, data de expedição 21/10/2012  
Órgão SSP-PB, portador do CPF nº 827.059.764-34, com  
domicílio na cidade de Salgueiro-PB, no Estado de  
Pernambuco, onde residio na (Rua/Avenida/Estrada)  
R. Marcia Fernandes, nº 156,  
complemento Casa, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
vítima João Francisco da Silva, cujo o condutor era  
João Benivaldo Pinheiro Lima  
Veículo: moto  
Modelo: CG FAN 150  
Ano: 2013  
Placa: OGF3637-PB  
Chassi: ER454903  
Data do Acidente: 29.05.2016  
Local e Data: Novo PB, 29.05.16.

Neemcia de Fatima Saurantino  
Assinatura do Declarante

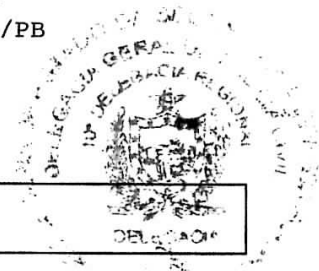
Natura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )



VG



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLICIA DA COMARCA DE SAPE/PB  
TELEFONE: 3283-5949



NATUREZA DA OCORRENCIA : ACIDENTE DE MOTO

**REGISTRO DE OCORRÊNCIA nº 778/2016**

Aos trinta (30) dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezesseis, nesta cidade de Sapé/PB, e nesta Delegacia de Polícia Civil, presente o Delegado de Polícia Civil, **Dr. MANOEL CARLOS DA SILVA NETO**, juntamente comigo, escrivão de seu cargo, aí por volta das 12:10hs, compareceu JOSE FRANCISCO DA SILVA, brasileiro, solteiro, natural de São Miguel de Taipu/PB, 43 anos, nascido em 25/04/1973, filho de Francisco Serafim da Silva e de Maria Daura da Silva, RG. 2304372/PB, não alfabetizado, residente na R. Francisca de Luna Freire, 496, Centro/Mari, tel. 9.9950.4200. **NOTIFICOU QUE: Ontem por volta das 18:30 hs, tinha pego um mototaxi para se dirigir para Mari, quando nas proximidades do Parque de VAQUEJADA, o condutor da moto colidiu na traseira de um veículo motivado pelo fato do condutor do veículo ter atropelado um transeunte, que no momento o noticiante caiu, sendo socorrido para o Hospital Sá Andrade, que o noticiante tem problemas de hérnia de disco, que com a queda ficou imóvel no local até o Samú chegar e ser encaminhado. Conforme declaração com os CID 5.50.0 e 5.50.7 em anexo. Diante do exposto notifica o fato. Ciente o notificante das implicações legais contidas no Artigo 299 (Falsidade Ideológica) do Código Penal, depois de lido e achado conforme subscreve o presente.**



NOTICIANTE

em PDF...



Estado da Paraíba  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
Secretaria de Saúde

## RECEITUÁRIO

NOME: \_\_\_\_\_

Declara para os  
Fins Fins, que o  
Paciente José Francisco da  
Silva com Id. Terceira  
centena 500 com a re-  
cepção para o pro-  
prio.

Paciente 500 com um  
Terceira motocicleta em  
Aberto frontal com um po-  
tente.

SAPÉ: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CRM - CRO - COREN

Voltando à consulta trazer esta receita

Presc. atreia por in-  
terno em M.S. J. Ance-  
mitação Presc. por mo-  
vimento humano.

3.50.0

C17. 5.50.2

Dr. Marcelo S. de Carvalho  
Diretor Clínico CRM-PA 8591  
CNS-90001623-7692



Dr. Marcelo S. de Carvalho  
Diretor Clínico CRM-PA 8591  
CNS-90001623-7692

Sane-20/05/16



**Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Mari**

---

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800034-02.2016.8.15.0611

[SEGURO]

AUTOR: JOSE FRANCISCO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**DESPACHO**

**Vistos, etc.**

Defiro a gratuidade.

Designo, de logo, audiência de conciliação para o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/201\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_h.

Cite(m)-se o(a,s) ré(u,s) na forma legal, intimando para comparecer à audiência supra e com a advertência de que o prazo de contestação apenas iniciar-se-á após a audiência, se não houver acordo.

Intime(,)-se o(a,s) autor(a,es).

MARI, 17 de outubro de 2016.

KALINA DE OLIVEIRA LIMA MARQUES - Magistrado

**Vara Única de Mari**  
**Rua Cônego Theodomiro de Queiroz, S/N, Centro, MARI - PB - CEP: 58345-000**  
**MARI**  
**( )**

Nº do processo: 0800034-02.2016.8.15.0611  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)  
Assunto(s): [SEGURO]

Nome: JOSE FRANCISCO DA SILVA  
Endereço: Rua Francisca de Luna Freire, 496, Centro, MARI - PB - CEP: 58345-000

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
**(AUDIÊNCIA - AUTOR)**

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Mari manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora, para comparecer a audiência de Conciliação, na SALA DE AUDIÊNCIA, em 22/03/2017, às 11:45 horas, no Fórum de Mari/PB.

MARI, em 14 de fevereiro de 2017.

**MARIA VERÔNICA COSTA DE FRANCA**

Servidor



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**Vara Única de Mari**

---

PROCESSO Nº 0800034-02.2016.8.15.0611

PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[SEGURO]

AUTOR: JOSE FRANCISCO DA SILVA  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA**

Fica devidamente intimado para audiência de Conciliação, no dia 22/03/2017, às 11:45 horas, no Fórum de Mari/PB.

MARI-PB, 14 de fevereiro de 2017.

Maria Verônica Costa de França

Servidor





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**Vara Única de Mari**

PROCESSO Nº 0800034-02.2016.8.15.0611

PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[SEGURO]

AUTOR: JOSE FRANCISCO DA SILVA  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A  
ENDEREÇO: RUA SENADOR DANTAS, 74, 5º ANDAR, RIO DE JANEIRO/RJ CEP:  
20.031-205

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, CITO a parte promovida para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, bem como o INTIMO para comparecer à audiência de Conciliação, em **22/03/2017**, às **11:45 horas**, no **Fórum de Mari/PB**. Ficando advertido de que o prazo de contestação apenas iniciar-se-á após de audiência, segue cópia da inicial em anexo.

MARI-PB, 14 de fevereiro de 2017.

MARIA VERÔNICA COSTA DE FRANCA  
Servidor

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:  
XXXXXXXXXXXXXX



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARI/PB**

**Processo:** 08000340220168150611

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE FRANCISCO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **C O N T E S T A Ç Ã O**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **29/05/2016**, restando permanentemente inválida.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

## **DO MÉRITO**

### **DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

#### **DA AUSÊNCIA DE BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO**

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial diante da ausência do boletim de atendimento médico.

Ressalta-se a importância da juntada dos documentos médicos já que é através deles que se confirmará a existência das lesões sofridas pela vítima, de modo que sua ausência impossibilita a apuração do nexo de causalidade.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a veracidade dos fatos narrados na exordial, bem como autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício ao Hospital onde foi prestado o primeiro atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

## **PRELIMINARMENTE**

### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015 [\[1\]](#), prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015[2].

### **DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO**

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular[3], mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrario sensu do art. 654 do Código Material Civil.

Ocorre que, *in casu*, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal[4].

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

### **DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

#### **AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

*Ab initio*, cumpre esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicante.

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça[5].

Cumpre salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir[6].

Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Vale ressaltar que as vítimas de acidentes de trânsito **em todo o Brasil, podem solicitar o seguro DPVAT gratuitamente nas agências próprias dos Correios**[7]. Frisa-se que se trata de um procedimento simples e com dispensa do auxílio de terceiros.

Essas ações promovidas pela Seguradora Líder dos consórcios DPVAT visam facilitar o recebimento na via administrativa dando acesso célere e efetivo aos acidentados, como também tem como objetivos principais evitar a lide e a necessidade de manifestação judiciária sobre o tema.

Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico manifesta-se na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado, pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

## **DO MÉRITO**

### **DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE**

#### **ENTRE O SINISTRO NOTICIADO E AS SUPOSTAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS**

Imperioso ressaltar que restou-se fragilizada comprovação do nexo de causalidade entre as despesas médicas supostamente realizadas e o sinistro noticiado, visto que as respectivas notas fiscais de medicamentos estão desacompanhadas de receituário médico, não havendo como afirmar que os procedimentos supostamente realizados têm indicação médica para o tipo de lesão acometida pela vítima.

Desta forma, **não há razoabilidade no pagamento de despesas de procedimentos não prescritos ou que ultrapassaram o foi determinado pelo médico, além de compra de medicamentos que excedem o que foi prescrito como adequado ao tratamento pelo profissional**[8].

Com efeito, a alínea "b", art. 5º, da lei n.º 6.194/74, nesta parte não alterada pela lei n.º 8.441/92, exige a **prova** das despesas efetuadas para que haja indenização no caso de danos pessoais, conforme a seguir:

***"b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais"***

É notório que os documentos acostados aos autos pelo Recorrido não demonstram os gastos alegados pelo mesmo e acolhidos como verdadeiros pelo Nobre Magistrado.

Ressalta-se que sequer foram comprovadas as supostas despesas médico-hospitalares a justificar o pedido autoral, do mesmo modo que não se verifica qualquer receituário que justificasse a realização de procedimentos ou gastos relacionados a DAMS.

Assim, analisando detidamente os documentos carreados aos autos, não se pode afirmar a existência do nexo causal entre o sinistro noticiado e as supostas despesas com medicamentos[9], face à ausência de prescrição médica específica e qualquer elemento razoável que permita o pagamento da indenização ora pleiteada.

Por inexistir comprovação do nexo de causalidade, requer que os pedidos sejam julgados improcedentes consubstanciados no artigo 487, I do NCPC.

#### **DO TETO INDENIZATÓRIO – DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES – DAMS**

Cumprе esclarecer que a Lei nº 6.194/74, regulamentadora do seguro obrigatório DPVAT, expressamente estabelece que o pagamento da indenização securitária se condiciona que as despesas de assistência médica e suplementares a serem reembolsadas pelas Seguradoras estejam "devidamente comprovadas" pelas vítimas de acidentes.

Como se observa da citada alínea "c" do art. 3º da Lei n. 6.194/74, a Lei prevê apenas o teto máximo para pagamento da indenização, mas não fixa valores a serem ressarcidos.

Regulamentando a matéria, fora editada a Medida Provisória 340/06 com posterior conversão na Lei 11.482/07, a qual estabeleceu o valor do teto indenizatório para DAMS até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Desta forma, interpretando segundo regra comezinha de hermenêutica onde aduz que *"A lei não contém frase ou palavra inútil, supérflua ou sem efeito"* conclui-se que a expressão "até" delimita o valor da indenização neste teto, não havendo possibilidade de estendê-lo.

### **DA UTILIZAÇÃO DA TABELA REFERENCIAL**

Outro aspecto não menos importante, o artigo 7, § 2º, da referida Lei determina que o CNSP "estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas seguradoras participantes do Consórcio".

Em sentido mais amplo, o artigo 12 da mesma Lei prevê que "o Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei".

Resta clara, portanto, a intenção do legislador em dar competência ao CNSP para regulamentar as formas de pagamentos das indenizações cobertas pelo seguro obrigatório constituído. De outro lado, não há conflito entre a Resolução questionada e a Lei n. 6.194/74, que apenas efetua o tabelamento dos preços dos serviços prestados como referência para as indenizações.

Assim, a utilização da tabela referencial de procedimentos e custos médico-hospitalares, divulgada pelo Convênio DPVAT, não foi estipulada pelas Seguradoras como um "limite de cobertura" inferior ao estabelecido através de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, conforme comumente é propalado.

**A aludida tabela representa tão somente uma parametrização das despesas a que estão sujeitas as vítimas de acidentes, efetuada com vistas à uniformização dos custos médico-hospitalares e ao atendimento dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade que devem nortear a aferição e cálculo do valor da indenização.**

Ressalte-se que no âmbito de seguro de saúde privado, a utilização das tabelas de preços para os serviços é comum a averbação de valores que excedam os do mercado, evitando-se o superfaturamento dos serviços.

Seguindo tais lineamentos, não se vislumbra motivação para deixar de observar as normas disciplinadoras expedidas pelo citado Órgão para o pagamento buscado na presente ação de cobrança.

Sendo assim, considerando a ausência de documentos nos autos que guardem relação com as hipóteses supracitadas, requer a improcedência do pedido, fundamentado no artigo 487, I do CPC.

### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC[10].

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

### **DA IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**

Inicialmente, cumpre ressaltar que o julgamento antecipado da lide trata-se de uma mera faculdade do magistrado e não uma obrigação.

Além disso, o julgamento antecipado da lide pressupõe a existência de questões de direito ou também de mérito quando existirem provas suficientes, pressupostos estes ausentes no caso em tela, em face da produção de prova pericial, imprescindível para o deslinde da presente demanda[11].

Neste raciocínio, o julgamento antecipado da lide violaria o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, em razão da necessidade de prova pericial a comprovar a invalidez alegada na inicial a ensejar o pagamento da indenização pretendida.

### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

#### **SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral[12].

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima[13].

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**



**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação[14].

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação[15].

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

-

### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios[16], ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

-

### **CONCLUSÃO**

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477-OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

MARI, 13 de março de 2017.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477-OAB/PB**

**QUESITOS DA RÉ**

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



## **SUBSTABELECIMENTO**

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na OAB/PB sob o nº 15477, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS**

**CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE FRANCISCO DA SILVA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **MARI**, nos autos do Processo nº 08000340220168150611.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

---

[1][1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

[2][1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

[3]"Acidente de Veículo. Responsabilidade extracontratual. Solidariedade. Não Reconhecimento. Ilegitimidade passiva ad causam. Extinção do processo sem resolução de mérito. Impertinente a inclusão no pólo passivo da ação da empresa contratante de serviços de distribuição por ato ilícito praticado por empregado, serviçais ou prepostos do agente, diante da ausência de solidariedade prevista em lei ou no contrato. Ação. Analfabeto. Procuração. Instrumento Público. Necessidade. Em se tratando de analfabeto, é obrigatória a procuração por instrumento público. (TJSP – Agravo de Instrumento nº 990.10.453486-0 – Praia Grande – 27ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Gilberto Leme – Julgado em 07.12.2010) (...) No que tange à regularização processual, anote-se que, em se tratando de analfabeto, a validade do mandato judicial é condicionada à existência de instrumento público, para que se demonstre a efetiva outorga de poderes para a representação em juízo (CC, art. 654). Arnaldo Rizzardo assevera que o analfabeto, “por não possuir firma, e, em decorrência, não assinar, o

que torna impossível comprovar lhe pertençam os dizeres lançados no instrumento, a forma pública é imprescindível” (op. cit. 687). Arnaldo Wald enuncia que “O analfabeto só pode dar procuração por instrumento público.” (Obrigações e Contratos, 13a ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 452). Ao tratar desse tema, Humberto Theodoro Júnior leciona que: “O instrumento público só é obrigatório para os analfabetos ou os que não tenham condições de assinar o nome.” (Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Forense, 2009, RJ, pág. 102).”

[4]Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Apelação Cível nº (2009.001.20283), 10ª Câmara Civil, Julgamento: 30/06/2009. “*Apelação Cível. Ação declaratória de inexistência de débito. Tarifa de esgoto. Autor-apelante que apresenta procuração sem assinatura, tendo lançado mera impressão de digital em instrumento particular de mandato. Mandatário analfabeto que deve outorgar poderes em instrumento público, conforme exegese dos arts. 215, § 2º do Código Civil e 366 do Código de Processo Civil. Inércia injustificada após concessão de prazo para a regularização. Atos processuais inexistentes. Inteligência do arts. 13, inciso I, c/c 37, caput e § único e 38, todos do C.P.C. Recurso do qual não se conhece.*”

[5]SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3ª Turma. AgRg no REsp 936574/SP. Julgamento: 02/08/2011. “*AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.*”

[6]SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plenário. RE 631.240/MG. Julgamento: 10/11/2014. “*RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR.*”

[7]<https://www.dpvatsegurodotransito.com.br/pontos-de-atendimento-autorizados.aspx>

[8]“ACORDAM os integrantes da Egrégia 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital conhecer do recurso por ser tempestivo e, à unanimidade de votos, dar-lhe provimento, nos termos do fundamentado voto oral da Relatora a seguir transcrito. [...] *Um tratamento fisioterapêutico, complementar que é, deve ser prescrito, indicado por médico, e não há essa indicação nos autos, especialmente para se ter a certeza que a terapia realmente enfrentou problema decorrente do acidente. Os próprios recibos são extremamente lacônicos porque não dizem nem mesmo a área ou membro tratado, apenas que o serviço foi prestado referente a um acidente automobilístico ocorrido em abril de 2011. Não há certeza sequer quanto à sequela do acidente, pois os documentos que trazem essa informação são todos resultados de declaração do próprio autor. Caso identificada a lesão de extreme de dúvida, ainda restaria saber se realmente foi ela a tratada pelos serviços de fisioterapia pagos pelo autor, pois os recibos não identificam. Apenas dizem que houve pagamento de serviço de fisioterapia relativa ao acidente. Nada obsta que o autor se apresente a um profissional, apresente lesão e diga que foi consequência de um acidente, transferindo o respectivo profissional essa informação para o recibo. Por fim, ponto crucial é a falta de comprovação de indicação médica para a submissão do promovente à terapia em questão. Realmente assiste razão ao recorrente, não há nenhuma prova de nexo de causalidade entre a despesa e o acidente informados. Isto posto, voto pelo provimento do RI e reforma da sentença para que o pedido seja julgado improcedente...*” (TJPB, 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, Recurso Inominado: 3003837-44.2014.815.2001 – 1º Juizado Especial Cível da Capital – Recorrente: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS )

[9]“*AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - DPVAT. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS (DAMS). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO E DE PARTE DAS DESPESAS APRESENTADAS. Referiu o autor ter suportado despesas médicas superiores a R\$ 2.700,00 em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 19-08-2012, razão pela qual pretende o reembolso a título de DPVAT-DAMS. O recorrente postulou o acréscimo de valores à indenização conferida aos gastos com a realização de terapia psicológica. Ausente o nexo de causalidade entre o sinistro e a despesa com o tratamento psicológico a que o autor foi submetido, pela ausência de prescrição específica nos autos, decorrentes exclusivamente do acidente, não há fundamento para a procedência do pedido feito pelo autor a este título.*” SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004895686, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 13/08/2014)

[10]“*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.*” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

[11]“*COBRANÇA - SEGURO DPVAT - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE SENTENÇA ANULADA - Tendo em vista o escalonamento dos valores da indenização para a hipótese de invalidez permanente, previsto pelo artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, inafastável afigura-se a necessidade de realização da perícia médica, a fim de ser apurada a extensão dos danos sofridos pelo demandante e, por consequência, possibilitar o arbitramento da indenização devida - Anula-se a r.*

sentença, de ofício, para prosseguimento do feito.” (TJ-SP - APL: 00075644620128260281 SP 0007564-46.2012.8.26.0281, Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 30/06/2014, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/06/2014)

[12]RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

[13]Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

[14]“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

[15]art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

[16]“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO. Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90. 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.” (TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).



### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

*Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora LIDER DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.*

todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016

**MARCELO DAVOLI LOPES**

**CLAUDIO MENDES LADEIRA**

**17º Ofício de Notas DA CAPITAL**  
Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9600

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: **MARCELO DAVOLI LOPES** e **CLAUDIO MENDES LADEIRA** (X0000030068)  
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: **Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.**  
Em testemunho da verdade. Serventia TJ-FUNDOS Total 1.81

**17º Ofício de Notas DA CAPITAL**  
Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9600

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado. Cod. X0000030068  
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. **PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT.**  
ERP0-46357 XNF Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

**CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS**  
Paula Cristina A.D. Gaspar  
Escritura  
CPS nº 15022 de 07/01/16  
At 21/06/16

**17º Ofício de Notas RJ**  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar  
Escrevente Autorizado

**SEGURADORA LÍDER JURÍDICO DPVAT**

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



Seguradora Líder · DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AR)  
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia : 8.40  
36% FUNDOS : 3.40  
Total : 11.80  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
EADW-29273 ENK, EADW-29274 GUP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º  
Bruno Rodrigo  
Belem Gaspar  
Escrivente  
CADEN nº 94.04161  
M. 2013.1.01.033594  
OFÍCIO DE NOTAS - F



OFÍCIO DE NOTAS  
Paula Cristina  
Gaspar  
Escrivente  
M. 2013.1.01.033594  
OFÍCIO DE NOTAS - F

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do  
original que foi apresentado. Cod: X000003CF6. Conf. por:  
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016.  
PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>  
Serventia : 5.09  
13% FUNDOS : 1.81  
Total : 6.90  
088574  
ACS13501

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.

**SEGUROADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO OPVAT S.A.**

CNPJ nº 09.248.600X001-04 - NIRE 33.0028479-6

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015, DATA E Local: Aos 19 (dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 16h, na sede social da Companhia, localizada no endereço Rua da Liberdade, 100, Rio de Janeiro, RJ, CEP nº 20040-000.**

**Convocação:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 12 de maio de 2015. Presença: **Presentes:** os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rinsane Teichmá Sassano, Bernardo Dieckmann, Celso Damazi, Jairo de Souza e Silva, Carlos José Iglesias Taboira, Carlos José Iglesias Taboira, Marcelo Goldman, Mucio Novais de Albuquerque, Carlos José Iglesias Taboira, José Iglesias Taboira. **Presentes ainda:** os conselheiros suplentes Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por falta de presença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião sem direito de voto.

**Assuntos em discussão:** (i) Relatório de Administração do Trabalho Presidente Luiz Tavares Pereira Filho, Secretário Jairo de Souza e Silva do Dia; (ii) Ratificação da Eleição de novo membro da Diretoria Executiva da Companhia realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015; (iii) Ratificação da Deliberação do Conselho de Administração da SUSEP realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015.

**(i) Assuntos Gerais Deliberados Tomados:** (I) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar a eleição de **Carlos André Guerra, Brasileiro, brasileiro, casado, solteiro, titular do documento de identidade nº 1.234.567-8, nascido em 12/05/1971, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Rua de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo diretor José Marcelo Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo até o término do mandato de 3 (três) anos, a contar da eleição, com a SUSEP até a posse do diretor ora eleito que dará-se-á em conformidade com a deliberação do Conselho de Administração da SUSEP e SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito terá mandato de 3 (três) anos, a contar da posse, e não poderá ser reeleito, permanecendo no cargo até a investidura de novo administrador. O Diretor eleito declara que não está incurso em nenhum crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não está inhabilitado para tanto, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os requisitos estabelecidos no artigo 1.º da Lei nº 6.406/1976, constantes da Resolução nº 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados.** (II) A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (III) Os membros da Diretoria Executiva da Companhia serão designados pelas seguintes atribuições atribuídas aos membros da Diretoria Executiva: a) a forma (a) **Marcelo Vinctus Cataldo de Felipe, diretor responsável pelo acompanhamento administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, (b) José Marcelo Barbosa Norton, diretor responsável pelas relações com a SUSEP, (c) Bernardo Dieckmann, diretor responsável por Barrinos, ocasião em que passará a ser exercido pelo mesmo), (d) Marcelo Lopes Davelli, diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.631, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nºs 234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos; (e) Carlos José Iglesias Taboira, diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuiram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não entende aplicar, endossar e/ou aprovar a Resolução CNSP nº 143/05, uma vez que a Companhia não se ratificadas pelas acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declararam, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e validade da reunião, bem como a validade dos atos praticados. Os membros do Conselho declaram nestes preâmbulos, até o terceiro grau, ante administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia, e (III) Os membros do Conselho de Administração declaram que não possuem vínculo com a Companhia, Encerramento, Lavretura, Aprovação e Assinatura da Ata. Na data e no local, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.**

**Conselheiro, (ass.) Rinsane Teichmá Sassano - Conselheiro Vice-Presidente, (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro, (ass.) Celso Damazi - Conselheiro, (ass.) Jairo de Souza e Silva - Conselheiro, (ass.) Jorge de Souza e Silva - Conselheiro, (ass.) José Iglesias Taboira - Conselheiro, (ass.) José Iglesias Taboira - Conselheiro, (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro, (ass.) Mucio Novais de Albuquerque - Conselheiro, (ass.) Carlos José Iglesias Taboira - Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015. André Lael Faoro - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - NIRE nº 33.0028479-6, Protocolo nº 00-201518640-3 - 12/06/2015. Cartório de Defensoria nº 22/06/2015. O presente documento foi registrado no nº 0000277723. Bernardo Dieckmann - Secretário Geral.**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

CNPJ/MF nº 09.248.806/0001-04 - NIRE 33.0022479-6  
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015, Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15:30h, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Compareceram: Os membros do Conselho de Administração logo abaixo relacionados, todos devidamente habilitados em seus nomes. 2015. Presença: Presidentes os senhores Lúcio Tavares Pereira Filho, Bernardo Diaciomann, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possobone, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Gomes Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias de Almeida, o senhor Paulo Roberto de Oliveira Medeiros, o senhor Paulo de Almeida, o conselheiro suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que, por falta de presença do respectivo conselheiro titular, atendeu à reunião.

[illegible]

## BRF MOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ/MF nº 31.912.675/0001-59 - NIRE nº 333.0029771-5

**Asssembleia Geral Ordinária** (Lavrada sob o número do sumário, conforme facultado pelo art. 130 § 1º da Lei nº 6.404/76), **Dia, Hora e Local:** 14/05/2015, às 14h00, no Auditório da Caixa, RJ, Mesa: Wilson Reichembach da Silva, Presidente da Assembleia.

**Ordem do Dia:** **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia, conforme assinaatua apostada no Livro de Presença e Acionistas Convocação; Dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76.

**Atas:** 1) Deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras auditas referentes ao exercício de 2014 em 31/12/14; 2) Deliberação aprovada sobre a distribuição do lucro líquido e distribuição de dividendos; 3) Deliberação sobre a remuneração global anual dos administradores da BRF Biotecnologia de Lubrificantes S/A em 31/12/14; 4) Deliberação aprovada sobre a distribuição da totalidade dos votos; 5) Aprovação e Ratificação da Ata de 2014; 6) Demonstrações Financeiras auditas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria independente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/A, atestando-se de veracidade os legitimamente emitidos conforme o art.134, §1º da Lei nº 6.404/76.

**Deliberações:** 1) Atesta-se a existência de dividendos distribuídos considerando que a BRF Biotecnologia de Lubrificantes S/A não realizou distribuição de dividendos em 2014; 2) Aproveitam a distribuição da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2015 em até R\$118.135.000 a vigorar a partir de 01/04/15 até o mês de realização da Assembleia de 2016, cabendo ao Conselho de Administração dividir, em critério de sua apreciação, a distribuição entre os acionistas; 3) Atesta-se a existência da Cia. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinaatua da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e, como ninguém se manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata, assinada pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Secretário, e lida em voz alta pelo Sr. Presidente. Certifico que a presente Ata contém o teor e a forma. Certifico que a presente Ata contém o teor e a forma do livro próprio. Duvidas de Caxias, 30/04/15 Wilson Reichembach da Silva, Presidente, Diogo Valle Basso, Secretário. Acionistas: Petróbras Distribuidora S/A, Pedro Aurelio Cardoso Sampiao, RNF Participações e Administração de Empresas S/A, Guido Spedini Casanova, Benetton S/A, Biotecnologia de Lubrificantes S/A, 77327326, em 12/06/15, Bernardo F.S. Bernauer - Secretário Geral.

GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF: 01.519.658-0001-BE NIRE: 33.200265002

Ato de AGO realizada em, lavrada nos livros sumários: 1. Data: Hoje, 17 de Agosto de 2004; 2. Local: Rua Darcelo da Silva, nº 10, Centro, São Paulo - SP; 3. Convocação: Resoluções e Páculamente, a todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da Sociedade S. Quorum: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no art. 124, §4º da Lei 6.404/67, em virtude do quórum já presente; 4. Assuntos: Representantes da totalidade do Capital Social, conforme Livro de Atas nº 1, de 1997, pág. 1. Para dirimir os trabalhos foram escolhidos. Presidentes: Sr. Jorge Gomes de Souza, Secretária: Sra. Patrícia Beneditino de Souza Magalhães Aranda. 5. Ordem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior; (II) Distribuição de dividendos, resultante do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (III) Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor de R\$ 30.000,00 anuais; (IV) Eleição da Diretoria e (V) Assuntos Gerais. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas representantes da totalidade do capital social, presentes, com o voto favorável dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2014; (II) Aprovada a proposta de Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 748.658,53, bem será realizada da seguinte forma: (a) R\$ 100.000,00 para pagamento de dividendos aos acionistas; (b) e (c) o saldo restante de R\$ 798.375,80, para distribuição de dividendos.

[illegible]

## DINÂMICA ENERGIA S.A.

[illegible]**Nautlus S/A - Empreendimentos e Participações**

CNPJ/MF: 01.544.7960001-08 - NIRE: 33.00026193-1  
Ata da AGO, lavrada na forma de sumário, 1. Data, Hora e Local: 24/05/2015, 19h30, na sede da empresa no endereço: Rua de Minas, 240, bairro Higienópolis, Foz de Iguaçu, Paraná. Formulada e lida pessoalmente, a todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da Sociedade. 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital Social, consoante assinaturas apostas no livro próprio. 4. Mesa: Para dirigir os trabalhos foram escolhidos: Presidente, o Sr. Paulo Roberto de Castro Souza, e o Sr. Bernardo F. S. B. B. de Aguiar, como Secretário. 5. Ordem do Dia: (i) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2014; (ii) Deliberar sobre a proposta do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Deliberar sobre a proposta do Diretor Presidente no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); (iv) Assuntos Gerais. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas representando a totalidade do Capital Social: (i) Aproveitos o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2014; (ii) A distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.491.038,71 (um milhão, quatrocentos e noventa e oito mil e setecenta e sete reais e setenta e sete centavos) em dinheiro, a ser realizado da seguinte forma: (a) 5%, ou seja, R\$ 74.551,93 para utilização da Reserva Legal; e (b) o saldo restante de R\$ 1.416.486,78 para distribuição de dividendos. Aproveitos os honorários da Diretoria Administrativa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a serem atribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre si mesmos. (iv) Assuntos Gerais: Nenhum assunto relevante foi objeto de discussão na presente assembleia. 7. Encerramento: O Presidente da Assembleia, verificando em seguida que foram abordados todos os assuntos da ordem do dia, declarou encerrada a Assembleia, e declarou, esclareceu que, para os deliberados formais, o Conselho Fiscal não foi ouvido por não se encontrar insatisfeito e encerrou os trabalhos, sendo a presente ata lavrada e depois de lida, aprovada e assinada pelos membros de mesa e pelos acionistas representativos da totalidade do capital social. 8. Assinaturas: (i) Paulo Roberto de Castro Souza - Presidente da Assembleia, Felipe de Castro Souza - Secretário Jurídico Nº 2763242 em 20/05/2015 Bernardo F. S. B. B. Aguiar - Secretário Jurídico Nº 2763242 em 20/05/2015

**DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO**

ASSINATURAS SEMEOTRATIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 194,00
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 194,00
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 194,00

**OPACAO**

ATENÇÃO: É vedada a divulgação pelas assinaturas do D.O.  
IMPRENSA JORNAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Professor Heitor  
Corrêa nº 81, Centro, Niterói, RJ. CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 2717-6161  
Fax: (0xx21) 2717-4348

[www.imprensaoficial.rj.gov.br](http://www.imprensaoficial.rj.gov.br)

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 2h às 13h





17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Carla Góes  
Gestor

Paula Cristina A.D. Góes  
Firma Oliveira  
R. 2107-9800

Original e dou fe que a apresentação, no dia 15 de junho de 2016, foi feita a

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016.

PRODUTOS

Reprodução fiel do

serviço

total

6.90

08674  
AC1505

EBPO-46361 LIT Consultas em <https://www.tirj.jus.br/sitpublico>



[illegible][illegible]

EDIFÍCIO ODEBRETE, RUA  
CNPJ nº 19.432.176/0001-40 - NIRE 33.00331/0001-0

**Ata de Assembleia Geral Ordinária**

Dia, horário e local: Em 17 de abril de 2015, às 10:00 horas, no sede social da Companhia, localizada na Avenida Cidade de Luro, nº 120, 14º andar, Parte B, Butantã, São Paulo-SP, RJ, CEP 05501-050. Convocação: Dispensada a publicação da localidade de reunião, por se tratar de reunião 124, 54ª da Lei nº 6.404/76. Publicações: A Companhia está dispensada de publicar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nos termos do artigo 1.000, inciso III, da Lei nº 6.404/76. Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaladas constantes no Livro de Presença de Ações.

**Mesa:** A Célia Gouveia Barreto, Presidente. Laura Mariano Gadálquivi, Diretora. **1ª Autorizada:** a lavratura da presente Ata, na forma de sumário, pelo Diretor Presidente da Companhia, Sr. Paulo Estado de São Paulo, nº 120, 14º andar, Parte B, Butantã, São Paulo-SP, RJ, CEP 05501-050, da Lei nº 6.404/76. **2ª Aprovado:** o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. **3ª Aprovada:** a destinação, à reserva de lucros, do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em valor de R\$ 33.593,53 SSP/SP, representando três reais e dezessete centavos, para a conta de prejuízos acumulados. **4ª Aprovada:** a reunião das seguintes pessoas como membros da Diretoria da Companhia, para um novo mandato de 2 (dois) anos, a contar de 2015, para substituírem os membros da Diretoria, realizada em 2017: **A) Presidente:** Célia Gouveia Barreto, brasileira, casada, administradora de empresas, inscrita no CPF/MF sob o nº 617.162.195-15, portadora da carteira de identidade RG nº 1.220.412-9, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nº 120, 14º andar, Parte B, Butantã, São Paulo-SP, RJ, CEP 05501-050, como Diretora Presidente da Companhia; **B) Armando Vinícius Flores Mazzetta,** brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 324.826.168-86, portador da carteira de identidade RG nº 30.012.596-3 SSP/SP residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 300, 8º andar, Botafogo, CEP 22.250-040, como Diretor sem designação específica da Companhia; **C) Olávia Francisca de Azevedo,** brasileira, solteira, administradora de empresas, inscrita no CPF/MF sob o nº 324.826.168-86, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, Parte B, Butantã, São Paulo-SP, RJ, CEP 05501-050, como Diretora sem designação específica da Companhia. **5ª Aprovada:** a composição da Diretoria da Companhia para o mandato de 2 (dois) anos, iniciado nesta data, com término na Assembleia Geral Ordinária seguinte, realizada em 2017: **D) Susan Barreto De Siqueira Campos,** brasileira, casada, engenheira civil, inscrita no CPF/MF sob o nº 32.374.204-X SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 09.198.929-41, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, Parte B, Butantã, São Paulo-SP, RJ, CEP 05501-050, como Diretora sem designação específica da Companhia; **E) Paulo Estado de São Paulo,** brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 617.162.195-15, portador da carteira de identidade RG nº 1.220.412-9, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, Parte B, Butantã, São Paulo-SP, RJ, CEP 05501-050, como Diretor Presidente da Companhia.

**Resolução:** A Assembleia Geral Ordinária se encerrou às 10h30min, restando a seguinte A) Diretora Presidente - Célia Gouveia Barreto, Diretora - Laura Mariano Gadálquivi, Diretora - Armando



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Re ratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

**MESA DE TRABALHO:**



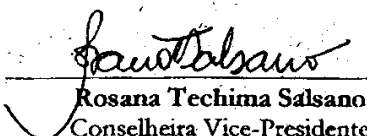
Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente

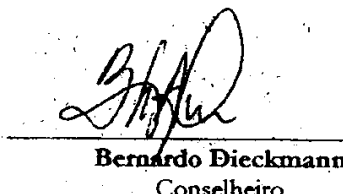


André Leal Faoro  
Secretário

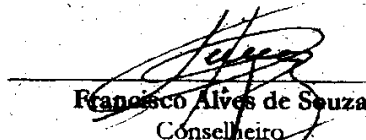
Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 2 de 3



  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira Vice-Presidente

  
Bernardo Dieckmann  
Conselheiro

  
Celso Damadi  
Conselheiro

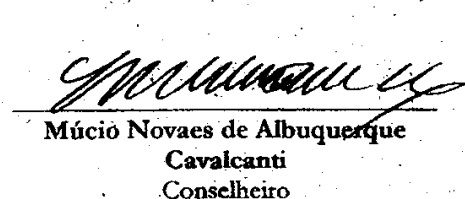
  
Francisco Alves de Souza  
Conselheiro

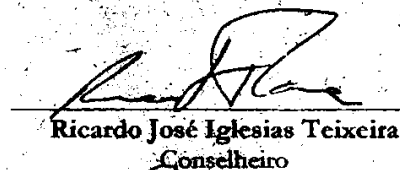
  
Hélio Hiroshi Kinoshita  
Conselheiro

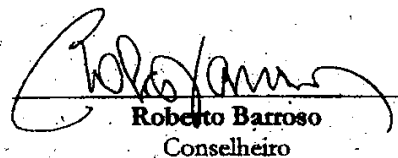
  
Jabis de Mendonça Alexandre  
Conselheiro

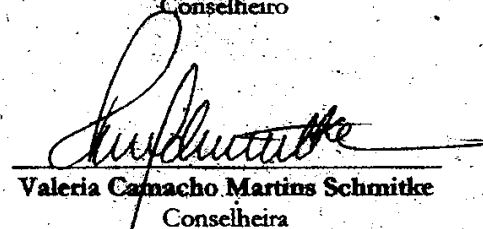
  
João Gilberto Possiede  
Conselheiro

  
Jorge de Souza Andrade  
Conselheiro

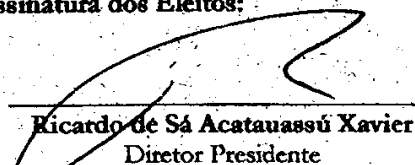
  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro

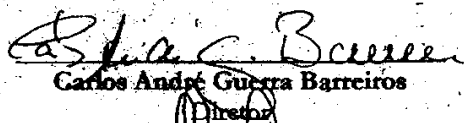
  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Roberto Barroso  
Conselheiro

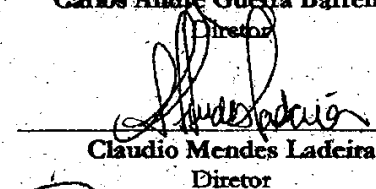
  
Valeria Camacho Martins Schmitke  
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:

  
Ricardo de Sá Acatuassú Xavier  
Diretor Presidente

  
Carlos André Guerra Barreiros  
Diretor

  
Marcelo Davoli Lopes  
Diretor

  
Claudio Mendes Ladeira  
Diretor

  
Marcus Vinicius Cataldo de Felipe  
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 3 de 3





[illegible][illegible][illegible]

SUL AMERICA S.A.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 4 DE JANEIRO DE 2012, LAVRADA NA FORMA DE SUPLENTO À RESOLUÇÃO Nº 001/2011, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA JUCERJA em 09.01.12 sob o nº 2279674. Valéria G.M. Serra - Secretária Geral

## YOLANDA PARTICIPAÇÕES S.A.

[illegible]**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**

SEGUROADORA LIDER DOS CONSORCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
CNPJ/MF nº 09.248.808/X001-04 NIRE nº 33.300.204716

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS EM 23 DE MARÇO DE 2011**

Pela Hora e Local: Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2011, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Desembargador Manoel José de Azevedo, nº 68, bairro Vila Mariana, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20091-205, Convocação nº 1 editada em convocatória publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" nos dias 15 e 16 de março de 2011, compareceram:

Parte V, nas páginas 815 e 816, respectivamente;

Econômico", nas edições dos dias 11 e 14 de março um (1) mil, quatrocentos e sessenta e sete (467), respectivamente. Publicações Prévia(s) e Extraordinária(s) foram realizadas em 15 e 16 de março de 2011, com mudanças dos parâmetros dos autores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, publicadas nos dias 15 e 16 de março de 2011, no Diário Oficial do RJ, nos dias 15 e 16 de março de 2011, respectivamente, e no jornal "Folha de São Paulo", nas páginas 85, 66, 67 e 68 e no "Jornal Valor Econômico", nas páginas 88, 89 e 910, tudo na forma da Lei nº 6.406/76 e o Estatuto que lhe dá suporte legal.

A Assembleia foi presidida pelo Sr. Roberto de Oliveira e Silva, e os seus membros representando mais de 2/3 (terços) da Capital Social da Companhia, confirmaram assessorias permanentes do Exército Brasileiro, para fins de segurança pública, sob o comando do Sr. Major

## DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

## PUBLICAÇÕES

**ENVIO DE MATERIAS:** As materias para publicacao deverao ser enviadas pelo sistema edofos ou entregues em meio eletronico para o Arquivo Publico e Internet.

**PARTI E - PODER EXECUTIVO:** Os textos e reclamações sobre publicações de materias deverão ser encaminhados a Assessoria para Preparo e Publicações dos *Atos Oficiais* - a Rua Pinheiro Machado, s/nº (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901 fone (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244.

## [CIA] : B.f. Atendimentos (14.09.00 as 17.00 horas)

<p><b>RIO</b> - Rua São José, 35, vl 222/24 Edifício Garagem Menezes Cortes Tels (0xx21) 2332-6548, 7332-6550 e Fax 2332-6549</p>	<p><b>NITERÓI</b> - Shopping City Market 3º piso, loja 321, Centro, Niterói RJ. Tels (0xx21) 7719-2689, 7719-2693 e 7719-2705</p>
---	---

[illegible]

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO em folio \_\_\_\_\_ R\$ 132,00  
 preço para Municipalidades \_\_\_\_\_ R\$ 92,40

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS.** Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ORÇÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

(\*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI

**ATENÇÃO:** É vedada a devolução de valores pelas assinaturas do D.O.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua ...  
Camilo ... 81, Centro - Niterói, RJ CEP 24 030-730. Tel. (0xx21) 224-4111 FAX  
- Fax (0xx21) 2717-4348

[www.imprensaoficial.rj.gov.br](http://www.imprensaoficial.rj.gov.br)

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tribunal Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua 2, nº 31 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-8800

**CERTIFICADO**

Original e cópia da presente certidão, com o valor de R\$ 6,90, foram apresentados para a presente certificação em 20/06/2016.

Original que foi apresentado: 20/06/2016

Valor da certificação: R\$ 6,90

Valor da cópia: R\$ 1,81

Valor da serventia: R\$ 5,09

Total: R\$ 13,80

PAULA ROBERTA FIDELIS PEREIRA ALI

ERD-46365 XN Consultar em: <https://www3.tjrr.jus.br/sitrepnl100>

08674  
AC13510

[illegible][illegible]

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua da Gamboa, 57, Centro, Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8593

Paula Cristina A.D. Figueiredo

Certifico e dou fé que a presente escritura de compra e venda foi produzida fiel do original que foi apresentado para autenticação. Conf. por: 3.09  
Rto de Janeiro, 23 de Junho de 2010. 1.81  
Total 6.90

PAULA CRISTINA A.D. Figueiredo  
ERP0-46364 FOL Consultar em <http://www3.tjrr.jus.br/sitpublico>

008674  
AC151803

[illegible]

RESUMO: CONFLITO SOCIAL. SÓCIS. JOÃO GUILHERME FIUSA RODRIGUES ESTRELA (CPF. 174.737.987-72), FRINEA SOUZA BRANDÃO (CPF. 50.453.571-24), JOMAS PAULO LYRA DA SILVA (CPF. 604.127.577-91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF. 407.776.852-87). OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E SAÚDE A PORTADORES DE DISTÚRBIO PSÍQUICO. DESCRIÇÃO: DIFEREN



$$\begin{aligned} \mathbf{A}(\mathbf{A}^T \mathbf{A} + \mathbf{I})^{-1} \mathbf{A}^T &= \mathbf{A}(\mathbf{A}^T \mathbf{A})^{-1} \mathbf{A}^T \\ &= \mathbf{A}(\mathbf{A}^T \mathbf{A})^{-1} \mathbf{A}^T \mathbf{A}(\mathbf{A}^T \mathbf{A})^{-1} \mathbf{A}^T \\ &= \mathbf{A}(\mathbf{A}^T \mathbf{A})^{-1} \mathbf{A}^T \mathbf{A}(\mathbf{A}^T \mathbf{A})^{-1} \mathbf{A}^T \\ &= \mathbf{A}(\mathbf{A}^T \mathbf{A})^{-1} \mathbf{A}^T \mathbf{A}(\mathbf{A}^T \mathbf{A})^{-1} \mathbf{A}^T \end{aligned}$$
[illegible]

SANF9 BRASIL AGROINDUSTRIAL S/A

[illegible] Id. 1200 (c), 6 |

FERNANDES ARAUJO ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

LINHARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.  
CNPJ/MF nº 10.375.812/0001-75 - NIRE 33.300.28841-4

AQUARIO AQUARIO MARINHO DO RIO DE JANEIRO S A

Ata de Reunião do Conselho de Administração Data: Março e 1 de 2015  
Em 09 de janeiro de 2015, às 18:00, na sede social da Companhia.

[illegible]

872 王 强 等

[illegible]







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARI/PB

Processo: 08000340220168150611

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE FRANCISCO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **29/05/2016**, restando permanentemente inválida.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br

## DO MÉRITO

### DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

#### DA AUSÊNCIA DE BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial diante da ausência do boletim de atendimento médico.

Ressalta-se a importância da juntada dos documentos médicos já que é através deles que se confirmará a existência das lesões sofridas pela vítima, de modo que sua ausência impossibilita a apuração do nexo de causalidade.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a veracidade dos fatos narrados na exordial, bem como autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício ao Hospital onde foi prestado o primeiro atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

#### PRELIMINARMENTE

#### DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

### DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

## **DA NECESSIDADE DA PROCURAÇÃO SER OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO**

É cediço que nas procurações em que o outorgante é analfabeto não comporta a outorga via instrumento particular<sup>3</sup>, mas tão somente por instrumento público, conforme interpretação a contrario sensu do art. 654 do Código Material Civil.

Ocorre que, *in casu*, na procuração juntada aos autos, a outorga tem sido feita por instrumento particular, não obstante a parte autora não conseguir assinar seu nome, conforme exigência daquele dispositivo legal.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte autora para sanar o vício contido no documento acostado no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a procuração outorgada é eivada de vício não produzindo, assim, nenhum efeito legal<sup>4</sup>.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

## **DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

### **AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

*Ab initio*, cumpre esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicante.

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça<sup>5</sup>.

Cumprе salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir<sup>6</sup>.

<sup>3</sup>"Acidente de Veículo. Responsabilidade extracontratual. Solidariedade. Não Reconhecimento. Ilegitimidade passiva ad causam. Extinção do processo sem resolução de mérito. Impertinente a inclusão no pólo passivo da ação da empresa contratante de serviços de distribuição por ato ilícito praticado por empregado, serviçais ou prepostos do agente, diante da ausência de solidariedade prevista em lei ou no contrato. Ação. Analfabeto. Procuração. Instrumento Público. Necessidade. Em se tratando de analfabeto, é obrigatória a procuração por instrumento público. (TJSP – Agravo de Instrumento nº 990.10.453486-0 – Praia Grande – 27ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Gilberto Leme – Julgado em 07.12.2010) (...) No que tange à regularização processual, anote-se que, em se tratando de analfabeta, a validade do mandato judicial é condicionada à existência de instrumento público, para que se demonstre a efetiva outorga de poderes para a representação em juízo (CC, art. 654). Arnoldo Rizzardo assevera que o analfabeto, "por não possuir firma, e, em decorrência, não assinar, o que torna impossível comprovar lhe pertençam os dizeres lançados no instrumento, a forma pública é imprescindível" (op. cit. 687). Arnoldo Wald enuncia que "O analfabeto só pode dar procuração por instrumento público." (Obrigações e Contratos, 13a ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, p. 452). Ao tratar desse tema, Humberto Theodoro Júnior leciona que: "O instrumento público só é obrigatório para os analfabetos ou os que não tenham condições de assinar o nome." (Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Forense, 2009, RJ, pág. 102)."

<sup>4</sup>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Apelação Cível nº [\[2009.001.20283\]](#), 10ª Câmara Civil, Julgamento: 30/06/2009. "**Apelação Cível. Ação declaratória de inexistência de débito. Tarifa de esgoto. Autor-apelante que apresenta procuração sem assinatura, tendo lançado mera impressão de digital em instrumento particular de mandato. Mandatário analfabeto que deve outorgar poderes em instrumento público, conforme exegese dos arts. 215, § 2º do Código Civil e 366 do Código de Processo Civil. Inércia injustificada após concessão de prazo para a regularização. Atos processuais inexistentes. Inteligência do arts. 13, inciso I, c/c 37, caput e § único e 38, todos do C.P.C. Recurso do qual não se conhece.**"

<sup>5</sup>SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3ª Turma. AgRg no REsp 936574/SP. Julgamento: 02/08/2011. "**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.**"

<sup>6</sup>SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plenário. RE 631.240/MG. Julgamento: 10/11/2014. "**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR.**"

Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Vale ressaltar que as vítimas de acidentes de trânsito **em todo o Brasil, podem solicitar o seguro DPVAT gratuitamente nas agências próprias dos Correios**<sup>7</sup>. Frisa-se que se trata de um procedimento simples e com dispensa do auxílio de terceiros.

Essas ações promovidas pela Seguradora Líder dos consórcios DPVAT visam facilitar o recebimento na via administrativa dando acesso célere e efetivo aos acidentados, como também tem como objetivos principais evitar a lide e a necessidade de manifestação judiciária sobre o tema.

Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico manifesta-se na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado, pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

## **DO MÉRITO**

### **DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE**

#### **ENTRE O SINISTRO NOTICIADO E AS SUPOSTAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS**

Imperioso ressaltar que restou-se fragilizada comprovação do nexo de causalidade entre as despesas médicas supostamente realizadas e o sinistro noticiado, visto que as respectivas notas fiscais de medicamentos estão desacompanhadas de receituário médico, não havendo como afirmar que os procedimentos supostamente realizados têm indicação médica para o tipo de lesão acometida pela vítima.

Desta forma, **não há razoabilidade no pagamento de despesas de procedimentos não prescritos ou que ultrapassaram o foi determinado pelo médico, além de compra de medicamentos que excedem o que foi prescrito como adequado ao tratamento pelo profissional**<sup>8</sup>.

Com efeito, a alínea "b", art. 5º, da lei n.º 6.194/74, nesta parte não alterada pela lei n.º 8.441/92, exige a **prova** das despesas efetuadas para que haja indenização no caso de danos pessoais, conforme a seguir:

<sup>7</sup> <https://www.dpvatsegurodotransito.com.br/pontos-de-atendimento-autorizados.aspx>

<sup>8</sup> "ACORDAM os integrantes da Egrégia 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital conhecer do recurso por ser tempestivo e, à unanimidade de votos, dar-lhe provimento, nos termos do fundamentado voto oral da Relatora a seguir transcrito. [...]. **Um tratamento fisioterapêutico, complementar que é, deve ser prescrito, indicado por médico, e não há essa indicação nos autos, especialmente para se ter a certeza que a terapia realmente enfrentou problema decorrente do acidente. Os próprios recibos são extremamente lacônicos porque não dizem nem mesmo a área ou membro tratado, apenas que o serviço foi prestado referente a um acidente automobilístico ocorrido em abril de 2011. Não há certeza sequer quanto à sequela do acidente, pois os documentos que trazem essa informação são todos resultados de declaração do próprio autor. Caso identificada a lesão de extreme de dúvida, ainda restaria saber se realmente foi ela a tratada pelos serviços de fisioterapia pagos pelo autor, pois os recibos não identificam. Apenas dizem que houve pagamento de serviço de fisioterapia relativa ao acidente. Nada obsta que o autor se apresente a um profissional, apresente lesão e diga que foi consequência de um acidente, transferindo o respectivo profissional essa informação para o recibo. Por fim, ponto crucial é a falta de comprovação de indicação médica para a submissão do promovente à terapia em questão. Realmente assiste razão ao recorrente, não há nenhuma prova de nexo de causalidade entre a despesa e o acidente informados. Isto posto, voto pelo provimento do RI e reforma da sentença para que o pedido seja julgado improcedente...**" (TJPB, 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, Recurso Inominado: 3003837-44.2014.815.2001 – 1º Juizado Especial Cível da Capital – Recorrente: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS )

***“b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais”***

É notório que os documentos acostados aos autos pelo Recorrido não demonstram os gastos alegados pelo mesmo e acolhidos como verdadeiros pelo Nobre Magistrado.

Ressalta-se que sequer foram comprovadas as supostas despesas médico-hospitalares a justificar o pedido autoral, do mesmo modo que não se verifica qualquer receiturário que justificasse a realização de procedimentos ou gastos relacionados a DAMS.

Assim, analisando detidamente os documentos carreados aos autos, não se pode afirmar a existência do nexo causal entre o sinistro noticiado e as supostas despesas com medicamentos<sup>9</sup>, face à ausência de prescrição médica específica e qualquer elemento razoável que permita o pagamento da indenização ora pleiteada.

Por inexistir comprovação do nexo de causalidade, requer que os pedidos sejam julgados improcedentes consubstanciados no artigo 487, I do NCPC.

#### **DO TETO INDENIZATÓRIO – DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES – DAMS**

Cumprе esclarecer que a Lei nº 6.194/74, regulamentadora do seguro obrigatório DPVAT, expressamente estabelece que o pagamento da indenização securitária se condiciona que as despesas de assistência médica e suplementares a serem reembolsadas pelas Seguradoras estejam “devidamente comprovadas” pelas vítimas de acidentes.

Como se observa da citada alínea "c" do art. 3º da Lei n. 6.194/74, a Lei prevê apenas o teto máximo para pagamento da indenização, mas não fixa valores a serem ressarcidos.

Regulamentando a matéria, fora editada a Medida Provisória 340/06 com posterior conversão na Lei 11.482/07, a qual estabeleceu o valor do teto indenizatório para DAMS até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Desta forma, interpretando segundo regra comezinha de hermenêutica onde aduz que “A lei não contém frase ou palavra inútil, supérflua ou sem efeito” conclui-se que a expressão “até” delimita o valor da indenização neste teto, não havendo possibilidade de estendê-lo.

#### **DA UTILIZAÇÃO DA TABELA REFERENCIAL**

Outro aspecto não menos importante, o artigo 7, § 2º, da referida Lei determina que o CNSP “estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas seguradoras participantes do Consórcio”.

<sup>9</sup>“AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - DPVAT. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS (DAMS). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO E DE PARTE DAS DESPESAS APRESENTADAS. Referiu o autor ter suportado despesas médicas superiores a R\$ 2.700,00 em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 19-08-2012, razão pela qual pretende o reembolso a título de DPVAT-DAMS. O recorrente postulou o acréscimo de valores à indenização conferida aos gastos com a realização de terapia psicológica. Ausente o nexo de causalidade entre o sinistro e a despesa com o tratamento psicológico a que o autor foi submetido, pela ausência de prescrição específica nos autos, decorrentes exclusivamente do acidente, não há fundamento para a procedência do pedido feito pelo autor a este título.” SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004895686, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 13/08/2014)

Em sentido mais amplo, o artigo 12 da mesma Lei prevê que "o Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei".

Resta clara, portanto, a intenção do legislador em dar competência ao CNSP para regulamentar as formas de pagamentos das indenizações cobertas pelo seguro obrigatório constituído. De outro lado, não há conflito entre a Resolução questionada e a Lei n. 6.194/74, que apenas efetua o tabelamento dos preços dos serviços prestados como referência para as indenizações.

Assim, a utilização da tabela referencial de procedimentos e custos médico-hospitalares, divulgada pelo Convênio DPVAT, não foi estipulada pelas Seguradoras como um "limite de cobertura" inferior ao estabelecido através de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, conforme comumente é propalado.

**A aludida tabela representa tão somente uma parametrização das despesas a que estão sujeitas as vítimas de acidentes, efetuada com vistas à uniformização dos custos médico-hospitalares e ao atendimento dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade que devem nortear a aferição e cálculo do valor da indenização.**

Ressalte-se que no âmbito de seguro de saúde privado, a utilização das tabelas de preços para os serviços é comum a averbação de valores que excedam os do mercado, evitando-se o superfaturamento dos serviços.

Seguindo tais lineamentos, não se vislumbra motivação para deixar de observar as normas disciplinadoras expedidas pelo citado Órgão para o pagamento buscado na presente ação de cobrança.

Sendo assim, considerando a ausência de documentos nos autos que guardem relação com as hipóteses supracitadas, requer a improcedência do pedido, fundamentado no artigo 487, I do CPC.

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>10</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossigue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

---

<sup>10</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

## **DA IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**

Inicialmente, cumpre ressaltar que o julgamento antecipado da lide trata-se de uma mera faculdade do magistrado e não uma obrigação.

Além disso, o julgamento antecipado da lide pressupõe a existência de questões de direito ou também de mérito quando existirem provas suficientes, pressupostos estes ausentes no caso em tela, em face da produção de prova pericial, imprescindível para o deslinde da presente demanda<sup>11</sup>.

Neste raciocínio, o julgamento antecipado da lide violaria o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, em razão da necessidade de prova pericial a comprovar a invalidez alegada na inicial a ensejar o pagamento da indenização pretendida.

## **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

### **SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>12</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>13</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

---

<sup>11</sup>“COBRANÇA - SEGURO DPVAT - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE SENTENÇA ANULADA - Tendo em vista o escalonamento dos valores da indenização para a hipótese de invalidez permanente, previsto pelo artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, inafastável afigura-se a necessidade de realização da perícia médica, a fim de ser apurada a extensão dos danos sofridos pelo demandante e, por consequência, possibilitar o arbitramento da indenização devida - Anula-se a r. sentença, de ofício, para prosseguimento do feito.” (TJ-SP - APL: 00075644620128260281 SP 0007564-46.2012.8.26.0281, Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 30/06/2014, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/06/2014)

<sup>12</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>13</sup>Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>14</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>15</sup>.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>16</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

<sup>14</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>15</sup> art. 1º. (...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**

<sup>16</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO. Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90. 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).



### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477-OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

MARI, 13 de março de 2017.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477-OAB/PB**

### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

CONVÊNIO Nº 015/2014

TERMO DE CONVÊNIO DE  
COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DA PARAÍBA E A  
SEGURADORA LÍDER DOS  
CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,  
NOS TERMOS ABAIXO ADUZIDOS.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, estabelecido na Praça João Pessoa, s/n, Centro, João Pessoa-PB, CEP: 58013-902, inscrito no CNPJ nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado por seu Presidente Desembargador **ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identidade nº 671.161 SSP/PB, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 020.464.404-63 doravante denominado **TRIBUNAL**, e a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade de gestora do seguro DPVAT no Brasil, neste ato representada, por seu Diretor Presidente, **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF 728.150.517-53 – identidade Detran-RJ 03891764-7 e por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, doravante denominada **SEGURADORA LÍDER**, ajustam a celebração do presente **CONVÊNIO**, sob sujeição às normas da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, fazendo-o em observância das seguintes cláusulas e condições:

### CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio o estabelecimento das bases de cooperação entre as partes, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, com vistas à realização de perícias médicas em ações envolvendo o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

1.1 A realização das perícias judiciais poderá ser indicada pelos magistrados em quaisquer ações que envolvem o seguro DPVAT, independente de qual seja a entidade/seguradora demandada, assim como em pautas concentradas ou mutirões de conciliação;

1.2 Em todas as hipóteses, o magistrado indicará perito de sua confiança, ficando facultada às partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas.

1.3 As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais) para perícias judiciais e R\$ 200,00 (duzentos reais) para avaliações médicas realizadas em Mutirões de Conciliação ou Pautas Concentradas de Audiências, independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada).

1.3.1 - Nas perícias judiciais, a Seguradora Líder deverá ser intimada para efetuar o pagamento em até 15 dias a contar da intimação.

1.3.2 - As avaliações médicas realizadas em Mutirões de Conciliação serão pagas na forma previamente ajustada com o Magistrado responsável pelo evento.

### CLÁSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES CONVENIENTES DOS COMPROMISSOS DOS PARTÍCIPES

Para o cumprimento do presente convênio, os convenientes comprometem-se a implementar ações conjuntas, observada a legislação em vigor:

2.1 Compete ao TRIBUNAL:

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na OAB/PB sob o nº 15477, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE FRANCISCO DA SILVA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **MARI**, nos autos do Processo nº 08000340220168150611.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)

## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado. Dou fé.

MARI

20 de março de 2017

CARLA VASCONCELOS BEZERRA



**Vara Única de Mari**  
**Rua Cônego Theodomiro de Queiroz, S/N, Centro, MARI - PB - CEP: 58345-000**  
**MARI**  
**()**

Nº do processo: 0800034-02.2016.8.15.0611

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto(s): [SEGURO]

Nome: JOSE FRANCISCO DA SILVA

Endereço: Rua Francisca de Luna Freire, 496, Centro, MARI - PB - CEP: 58345-000

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
**(AUDIÊNCIA - AUTOR)**

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Mari manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora, para comparecer a audiência de Conciliação, na SALA DE AUDIÊNCIA, em 22/03/2017, às 11:45 horas, no Fórum de Mari/PB.

MARI, em 14 de fevereiro de 2017.

**MARIA VERÔNICA COSTA DE FRANCA**

Servidor



Assinado eletronicamente por: MARIA VERONICA COSTA DE FRANCA

<http://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 6606536



17021414433963100000006482382



J.F.S.



CARTA DE PREPOSIÇÃO EM ANEXO.

CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO (A) MICHAEL RODRIGO LIBEIRO BARROS, brasileira, portadora do CPF n.º 047.628.414-71 podendo a mesma responder nesta qualidade a todos os termos do Processo n.º 0800034-02 206 815-0611 que tramita no VARA UNICA DA COMARCA DE MARÍ - PB.

JOÃO PESSOA-PB, 08 de janeiro de 2015.

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

  
Suelio Moreira Torres  
OAB-PB 15477

**ANEXO, TERMO DE AUDIÊNCIA.**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE MARI

PROCESSO nº 0800034-02.2016.8.15.0611

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) 22 de março de 2017, às 13 horas e 10 minutos, na sala de audiências da Comarca de Mari/PB, onde presente se encontrava a MM. Juíza de Direito, Dra. **Kalina de Oliveira Lima Marques**, comigo Assessor de Gabinete abaixo nomeado e assinado, foi aberta audiência, nos autos da ação em epígrafe.

PRESENTES

**Juíza de Direito:** Dra. Kalina de Oliveira Lima Marques

**Demandante(s):** José Francisco da Silva

**Advogado(a):** Francisco Israel Cardoso da Silva OAB/PB 16.769

**Demandado(a)(s):** Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.

**Preposto:** Michael Rodrigo Ribeiro Barros CPF: 047.628.484-71

**Advogado(a):** Suelio Moreira Torres OAB/PB 15.477

AUSENTES

RESUMO DOS ACONTECIMENTOS

Iniciados os trabalhos, pela MM. Juíza foi dito: O advogado da parte demandada requereu prazo de 48 (quarenta e oito) horas para juntada da carta de preposição, o que foi deferido por este Juízo. As partes pugnaram pela realização de perícia médica com o escopo de esclarecer o caso dos autos. O advogado da parte demandante afirma que já consta em sua petição inicial os quesitos formulados para a análise do perito, ao passo que o advogado da parte demandada afirma que seus quesitos estão descritos na contestação. Diante disto, **oficie-se** ao IML para realização de perícia intimando as partes. Nada mais, mandou a MM. Juíza encerrar o presente termo. Eu, \_\_\_\_\_, Assessor de Gabinete, digitei-o.



Demandante

Demandado (preposto)

Kalina de Oliveira Lima Marques  
Juíza de Direito

Advogado  
Advogado

## CARTA DE PREPOSIÇÃO

CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO (A) MICHAEL RODRIGO RIBEIRO RAMOS, brasileira, portadora do CPF nº 247.628.484-71 podendo a mesma responder nesta qualidade a todos os termos do Processo nº. 0800034-02.2016.815.0611 que tramita no VL DE MMA-PB.

JOÃO PESSOA-PB, 08 de janeiro de 2015.

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

  
Suelio Moreira Torres  
OAB-PB 15477

ANEXO, OFÍCIO Nº 345/2017 ENDEREÇADO AO DIRETOR DO INSTITUTO DE  
MEDICINA LEGAL - IML DE JOÃO PESSOA - PB.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
JUSTIÇA COMUM - 1ª INSTÂNCIA  
COMARCA DE MARI

Ofício nº 345/2017

Mari, 07 de abril de 2017

Ilmo. Senhor  
Diretor do Instituto de Medicina Legal - IML  
João Pessoa/PB.


Assunto: Solicitação de perícia

Senhor Diretor,

Através do presente, solicito a Vossa Senhoria, a designação de data e horário para realização de perícia no autor **JOSÉ FRANCISCO DA SILVA**, a fim de instruir os autos da Ação de Seguro nº 0800034-02.2016.8.15.0611, promovida pelo autor supracitado contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**. Segue cópia anexa dos quesitos apresentados pelas partes.

Na oportunidade, reitero votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

  
Kalina de Oliveira Lima Marques  
Juíza de Direito em substituição



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA VARA  
ÚNICA DE MARI/PB**

**PROCESSO Nº: 0800034-02.2016.8.15.0611**

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe que move contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, já qualificado(s), intermediado (a) por seus procuradores *in fine* assinados, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em face do despacho retro, requerer a juntada da ficha de atendimento pré-hospitalar do SAMU, bem como laudo médico do Dr. Marcelo S. de Carvalho, CRM/PB 8597, datado em 30/05/2016.

Nesses termos,

Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 18de abril de 2017.

**FRANCISCA CARDOZO DA SILVA**

*ADVOGADA*

**FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA**

*ADVOGADO*

**ÉRIKA CARLA SANTOS DE OLIVEIRA**

*ESTAGIÁRIA*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGÊNCIA



FICHA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Data: 29/05/16	ID da Ocorrência: 1245274	USP: <input checked="" type="checkbox"/> USB: <input type="checkbox"/> USA: <input type="checkbox"/>	Nº: 63	Classificação: <input checked="" type="checkbox"/> R: <input type="checkbox"/> N: <input type="checkbox"/>	Hora de Saída do Base: 18:52 Hs	Hora de Chegada no Local: <input type="checkbox"/> Hs
Paciente: Usuário: <u>Jose Francisco da Silva</u>			Idade: <u>43</u>	Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.	Telefone: <u>1111111111</u>	
Local da Ocorrência: Sape <input checked="" type="checkbox"/> Mari <input type="checkbox"/> Sobrado <input type="checkbox"/> Riachão <input type="checkbox"/> Outr: <input type="checkbox"/>			Logradouro: <u>PB 093</u>		Bairro: <u>Filipe</u>	
Quantidade de vítimas no local: <input checked="" type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input type="checkbox"/> Três <input type="checkbox"/> Mais de três						
Apoio no Local: <input checked="" type="checkbox"/> USB <input type="checkbox"/> USA <input type="checkbox"/> Resgate / Bombeiros <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> Resgate PRF <input type="checkbox"/> SAMTRANS <input type="checkbox"/> OPTTRAN <input type="checkbox"/> Outr: <input type="checkbox"/>						
QTA: <input type="checkbox"/> Secundária por Bombeiros <input type="checkbox"/> Solicitada pelos Bombeiros <input type="checkbox"/> Levada de outro local <input type="checkbox"/> Outra: <input type="checkbox"/>						

Documento de identificação do paciente:

RG: \_\_\_\_\_; CPF: \_\_\_\_\_; CNS: \_\_\_\_\_

NATUREZA DA OCORRÊNCIA

☐ CLÍNICO ☐ PSIQUIÁTRICO ☐ GINECO-OBSTÉTRICO

☒ TRAUMA

Motivo: \_\_\_\_\_

ESCALA DE COMA DE GLASGOW

VARIÁVEIS		SCORE
Abertura dos olhos	Resposta verbal	Resposta motora
1. Não abre	1. Sem resposta	1. Sem resposta
2. Abre sem resposta	2. Resposta incoerente	2. Resposta anormal
3. Abre com resposta	3. Resposta orientada	3. Resposta normal
4. Abre com resposta	4. Resposta orientada	4. Resposta normal
5. Abre com resposta	5. Resposta orientada	5. Resposta normal
6. Abre com resposta	6. Resposta orientada	6. Resposta normal
7. Abre com resposta	7. Resposta orientada	7. Resposta normal
8. Abre com resposta	8. Resposta orientada	8. Resposta normal
9. Abre com resposta	9. Resposta orientada	9. Resposta normal
10. Abre com resposta	10. Resposta orientada	10. Resposta normal
11. Abre com resposta	11. Resposta orientada	11. Resposta normal
12. Abre com resposta	12. Resposta orientada	12. Resposta normal
13. Abre com resposta	13. Resposta orientada	13. Resposta normal
14. Abre com resposta	14. Resposta orientada	14. Resposta normal
15. Abre com resposta	15. Resposta orientada	15. Resposta normal
16. Abre com resposta	16. Resposta orientada	16. Resposta normal
17. Abre com resposta	17. Resposta orientada	17. Resposta normal
18. Abre com resposta	18. Resposta orientada	18. Resposta normal
19. Abre com resposta	19. Resposta orientada	19. Resposta normal
20. Abre com resposta	20. Resposta orientada	20. Resposta normal
21. Abre com resposta	21. Resposta orientada	21. Resposta normal
22. Abre com resposta	22. Resposta orientada	22. Resposta normal
23. Abre com resposta	23. Resposta orientada	23. Resposta normal
24. Abre com resposta	24. Resposta orientada	24. Resposta normal
25. Abre com resposta	25. Resposta orientada	25. Resposta normal
26. Abre com resposta	26. Resposta orientada	26. Resposta normal
27. Abre com resposta	27. Resposta orientada	27. Resposta normal
28. Abre com resposta	28. Resposta orientada	28. Resposta normal
29. Abre com resposta	29. Resposta orientada	29. Resposta normal
30. Abre com resposta	30. Resposta orientada	30. Resposta normal
31. Abre com resposta	31. Resposta orientada	31. Resposta normal
32. Abre com resposta	32. Resposta orientada	32. Resposta normal
33. Abre com resposta	33. Resposta orientada	33. Resposta normal
34. Abre com resposta	34. Resposta orientada	34. Resposta normal
35. Abre com resposta	35. Resposta orientada	35. Resposta normal
36. Abre com resposta	36. Resposta orientada	36. Resposta normal
37. Abre com resposta	37. Resposta orientada	37. Resposta normal
38. Abre com resposta	38. Resposta orientada	38. Resposta normal
39. Abre com resposta	39. Resposta orientada	39. Resposta normal
40. Abre com resposta	40. Resposta orientada	40. Resposta normal
41. Abre com resposta	41. Resposta orientada	41. Resposta normal
42. Abre com resposta	42. Resposta orientada	42. Resposta normal
43. Abre com resposta	43. Resposta orientada	43. Resposta normal
44. Abre com resposta	44. Resposta orientada	44. Resposta normal
45. Abre com resposta	45. Resposta orientada	45. Resposta normal
46. Abre com resposta	46. Resposta orientada	46. Resposta normal
47. Abre com resposta	47. Resposta orientada	47. Resposta normal
48. Abre com resposta	48. Resposta orientada	48. Resposta normal
49. Abre com resposta	49. Resposta orientada	49. Resposta normal
50. Abre com resposta	50. Resposta orientada	50. Resposta normal
51. Abre com resposta	51. Resposta orientada	51. Resposta normal
52. Abre com resposta	52. Resposta orientada	52. Resposta normal
53. Abre com resposta	53. Resposta orientada	53. Resposta normal
54. Abre com resposta	54. Resposta orientada	54. Resposta normal
55. Abre com resposta	55. Resposta orientada	55. Resposta normal
56. Abre com resposta	56. Resposta orientada	56. Resposta normal
57. Abre com resposta	57. Resposta orientada	57. Resposta normal
58. Abre com resposta	58. Resposta orientada	58. Resposta normal
59. Abre com resposta	59. Resposta orientada	59. Resposta normal
60. Abre com resposta	60. Resposta orientada	60. Resposta normal
61. Abre com resposta	61. Resposta orientada	61. Resposta normal
62. Abre com resposta	62. Resposta orientada	62. Resposta normal
63. Abre com resposta	63. Resposta orientada	63. Resposta normal
64. Abre com resposta	64. Resposta orientada	64. Resposta normal
65. Abre com resposta	65. Resposta orientada	65. Resposta normal
66. Abre com resposta	66. Resposta orientada	66. Resposta normal
67. Abre com resposta	67. Resposta orientada	67. Resposta normal
68. Abre com resposta	68. Resposta orientada	68. Resposta normal
69. Abre com resposta	69. Resposta orientada	69. Resposta normal
70. Abre com resposta	70. Resposta orientada	70. Resposta normal
71. Abre com resposta	71. Resposta orientada	71. Resposta normal
72. Abre com resposta	72. Resposta orientada	72. Resposta normal
73. Abre com resposta	73. Resposta orientada	73. Resposta normal
74. Abre com resposta	74. Resposta orientada	74. Resposta normal
75. Abre com resposta	75. Resposta orientada	75. Resposta normal
76. Abre com resposta	76. Resposta orientada	76. Resposta normal
77. Abre com resposta	77. Resposta orientada	77. Resposta normal
78. Abre com resposta	78. Resposta orientada	78. Resposta normal
79. Abre com resposta	79. Resposta orientada	79. Resposta normal
80. Abre com resposta	80. Resposta orientada	80. Resposta normal
81. Abre com resposta	81. Resposta orientada	81. Resposta normal
82. Abre com resposta	82. Resposta orientada	82. Resposta normal
83. Abre com resposta	83. Resposta orientada	83. Resposta normal
84. Abre com resposta	84. Resposta orientada	84. Resposta normal
85. Abre com resposta	85. Resposta orientada	85. Resposta normal
86. Abre com resposta	86. Resposta orientada	86. Resposta normal
87. Abre com resposta	87. Resposta orientada	87. Resposta normal
88. Abre com resposta	88. Resposta orientada	88. Resposta normal
89. Abre com resposta	89. Resposta orientada	89. Resposta normal
90. Abre com resposta	90. Resposta orientada	90. Resposta normal
91. Abre com resposta	91. Resposta orientada	91. Resposta normal
92. Abre com resposta	92. Resposta orientada	92. Resposta normal
93. Abre com resposta	93. Resposta orientada	93. Resposta normal
94. Abre com resposta	94. Resposta orientada	94. Resposta normal
95. Abre com resposta	95. Resposta orientada	95. Resposta normal
96. Abre com resposta	96. Resposta orientada	96. Resposta normal
97. Abre com resposta	97. Resposta orientada	97. Resposta normal
98. Abre com resposta	98. Resposta orientada	98. Resposta normal
99. Abre com resposta	99. Resposta orientada	99. Resposta normal
100. Abre com resposta	100. Resposta orientada	100. Resposta normal

TIPO DE AGRAVO

<input checked="" type="checkbox"/> Acidente de Trânsito	<input type="checkbox"/> Pediátrico
<input type="checkbox"/> Agressão Física	<input type="checkbox"/> Psiquiátrico
<input type="checkbox"/> Desabamento / soterramento	<input type="checkbox"/> Caso clínico
<input type="checkbox"/> Eletrocussão	<input type="checkbox"/> Quase afogamento/ afogamento
<input type="checkbox"/> F.A. B	<input type="checkbox"/> Queda _____ metros
<input type="checkbox"/> F.A.F (P.A.F)	<input type="checkbox"/> Queimaduras
<input type="checkbox"/> Gineco - obstétrico	<input type="checkbox"/> Outros: _____
<input type="checkbox"/> Lesões térmicas	

ANTECEDENTES

<input type="checkbox"/> AIDS	<input type="checkbox"/> Doença mental
<input type="checkbox"/> Alcoolismo	<input type="checkbox"/> Doença renal
<input type="checkbox"/> AVI	<input type="checkbox"/> Doença
<input type="checkbox"/> Cirurgias Realizadas	<input type="checkbox"/> Hipertensão arterial
<input type="checkbox"/> Convulsão	<input type="checkbox"/> Internamentos Anteriores
<input type="checkbox"/> Diabetes	<input type="checkbox"/> Medicamentos
<input type="checkbox"/> Doença Cardíaca	<input type="checkbox"/> Problemas respiratórios
<input type="checkbox"/> Doença Infecto - contagiosa	<input type="checkbox"/> Outros

TRANSPORTE SECUNDÁRIO - ORIGEM

Serviço Médico: \_\_\_\_\_ Responsável: \_\_\_\_\_

MOTIVO DO TRANSPORTE

☐ Apoio Diagnóstico ☐ Serviço de maior complexidade ☐ transferência simples ☐ outro: \_\_\_\_\_

TRANSPORTE SECUNDÁRIO - DESTINO

Local: \_\_\_\_\_ Responsável: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Exame clínico (principais sintomas/ queixas)

por combater

☐ agitação ☐ alergia ☐ Ausência de pulso (central) ☐ Cianose ☐ Convulsão ☐ Diarreia ☐ Dificuldade respiratória ☐ dor local ☐ febre ☐ Inconsciente/ desmaio ☐ Palidez ☐ Sangramento ☐ Vômito ☐ outros: \_\_\_\_\_

1. DADOS VITAIS:

PA. Sistólica 140 PA. diastólica 90 Pulso: \_\_\_\_\_ FC: 43 FR: \_\_\_\_\_ TEMP: \_\_\_\_\_ °C Glicemia: 113 SPO<sub>2</sub>: 98 Glasgow: \_\_\_\_\_

2. VIA AÉREA

☒ Livre ☐ obstruída parcialmente ☐ Obstruída totalmente ☐ Corpo Estranho ☐ Bronco aspiração ☐ Edema de glote ☐ Obs: \_\_\_\_\_

VENTILAÇÃO

☒ Espontânea ☐ Parada respiratória ☐ Assistida ☐ Ritmo irregular

EXPANSIBILIDADE

☐ Normal ☐ Superficial ☐ Regular ☐ Irregular

ACHADOS

☐ Crepitação ☐ Enfisema subcutâneo ☐ Expectoração ☐ Hemoptise ☐ Hálito fétido ☐ Outros: \_\_\_\_\_

3 - CIRCULAÇÃO

☐ Cianose ☐ Fria ☒ Úmida ☒ Normal ☐ Palidez ☐ Quente ☐ Seca ☐ Outros: \_\_\_\_\_

Mayra da A. da Silva  
Coordenadora Geral  
SAMU/SAPÉ-PB

**EDEMA**

( ) Ausente ( ) Palpebral ( ) Membros Superiores ( ) Membros Inferiores ( ) Anasarca

**PERFUSÃO**

( ) Normal ( ) Retardada (> 2 seg) ( ) Ausente

**PULSO**

( ) Regular ( ) Irregular ( ) Fino ( ) Chicó ( ) Ausente

**ECG**

( ) Normal ( ) Alterado ( ) Não realizado

**4 - EXAME NEUROLÓGICO**

( ) Agitação ( ) Sonolência ( ) Coma ( ) Convulsão ( ) Otorrágia ( ) Rigidez ( ) Midríase

**5 - EXAME GINECO - OBSTÉTRICO**

( ) Abortamento ( ) Hemorragia vaginal ( ) Normal \_\_\_\_\_ Semana ( ) Trabalho de parto ( ) outros: \_\_\_\_\_

**6 - DIAGNÓSTICO E PRESCRIÇÃO MÉDICA:**

**7 - SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM:**

**DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM:**

( ) Ansiedade ( ) Capacidade adaptativa intracraniana diminuída ( ) Comunicação verbal prejudicada ( ) Confusão aguda ( ) Deambulação prejudicada ( ) Débito cardíaco diminuído ( ) Desobstrução ineficaz de vias aéreas ( ) Disreflexia autonômica ( ) Dor aguda ( ) Hipertermia ( ) Hipotermia ( ) Integridade da pele prejudicada ( ) Integridade tissular prejudicada ( ) Medo ( ) Intolerância à atividade ( ) Mucosa oral prejudicada ( ) Padrão respiratório ineficaz ( ) Risco de Perfusão tissular cerebral ineficaz ( ) Perfusão tissular cardiopulmonar ineficaz ( ) Risco de Perfusão tissular gastrointestinal ineficaz ( ) Risco de Perfusão tissular renal ineficaz ( ) Termorregulação ineficaz ( ) Troca de gases prejudicada ( ) Ventilação espontânea prejudicada ( ) Volume de líquidos deficientes ( ) Volume de líquidos excessivo ( ) Náusea ( ) Retenção urinária ( ) Interação social prejudicada ( ) Incontinência intestinal ( ) Eliminação urinária prejudicada ( ) Constipação ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM:** Monitorar SSV

**INTERVENÇÕES:** Imobilização segundo protocolo  
Imobilizado segundo protocolo

**EVOLUÇÃO/INTERCORRÊNCIAS:** Re. vítima de colisão moto e carro, consciente, orientado, sudoroso, queixando-se de calor na pele. Imobilização segundo protocolo e levado p/ UBS, foi  
levado p/ UBS, foi

**8 - EVOLUÇÃO/INTERCORRÊNCIAS MÉDICAS:**

**9 - PROCEDIMENTOS**

( ) Desobstrução vias aéreas ( ) Intubação naso/orotraqueal ( ) Cânula Orolaríngea ( ) Ventilação mecânica (manual AMBU) ( ) Respirador ( ) Inalação de oxigênio (O<sub>2</sub>) ( ) Drenagem torácica ( ) Massagem cardíaca externa ( ) Desfibrilação/ cardioversão ( ) Controle de hemorragia ( ) Curativo ( ) Punção venosa ( ) Sonda gástrica ( ) Sonda vesical ( ) Sedação ( ) Imobilização de membros ( ) Colar cervical ( ) Talas / tração ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**10 - MATERIAL UTILIZADO (ENFERMAGEM):** 03 pares de luvas, 03 máscaras, 01 SRI, 01  
equipe, 01 fêco 18.

**ENCAMINHAMENTO**

( ) Liberdade após atendimento ( ) Recusa o atendimento ( ) Óbito no local ( ) Óbito durante o atendimento ( ) Óbito durante o transporte

**POSIÇÃO DE TRANSPORTE**

( ) Decúbito dorsal ( ) Decúbito lateral ( ) Decúbito ventral ( ) Sentado ( ) Elevação de cabeceira (cabeça)

**RECUSO**

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_ R.G. \_\_\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE**

Médico: \_\_\_\_\_

Enfermeiro (a): Aline Leite da Silva

Téc. de Enfermagem: Kezia Mouro

Conductor: \_\_\_\_\_

CRM: Aline Leite da Silva  
COREN: 391268  
MAT.: \_\_\_\_\_  
COREN: \_\_\_\_\_  
MAT.: \_\_\_\_\_

**PERTENCES DA VÍTIMA**

☐ NÃO  
☐ SIM

Aline Leite da Silva  
SAM - SAPE-PI



Estado da Paraíba  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
Secretaria de Saúde

### RECEITUÁRIO

NOME: JOSE FRANCISCO DA SILVA

DECLARO PARA OS  
FÉVROS FIM, 70 que o  
PACIENTE JOSE FRANCISCO DA  
SILVA COM H. TRAUMA  
CONTUSO SOB COMPUTAÇÃO  
APROPRIADA NESTE NASCO-  
NTO.

PACIENTE SOFREU UM  
TRAUMA MOTOCICLISTICO EM  
COLUNA FRONTAL COM UM AU-  
TOMÓVEL.

SAPÉ: 30/05/16

CRM - CRO COREN

Dr. Marcelo Silva Cardoso  
Médico  
CRM: 8597 PB

Voltando à consulta trazer esta receita

ANEXO, AR DEVOLVIDO.

**PREENCHER COM LETRA DE FORMA**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
NOME OU RAZÃO SOCIAL	Ilmo. Senhor Diretor do Instituto de Medicina Legal - IML Rua Antônio Teotônio, s/n Cristo Redentor João Pessoa - PB CEP: 58.071-620
ENDEREÇO / ADRESS	
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITE
PAÍS / PAYS	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
99.304,325,350-35417-494-90-2014, 0800024-02-2016, 0800024-28-2016 e 0800002-94-2016.	<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input checked="" type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION
	26/04/17
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EMBALADOR DO RECEBEDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
Mat: 3 477 841-5 Carteiro II	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS	

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JG 00333203 8 BR  
(CÓDIGO DE BARRAS)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

24 / 07 / 17

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

Mari PB

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

FÓRUM "DES. ANTONIO ELIAS DE QUEIROGA"

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

COMARCA DE MARI-PB

Rua Manoel Avelino de Paiva, s/n - Centro

CIDADE / LOCALITÉ

Mari - Paraíba - CEP 58345-000

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR





ANEXO, OFÍCIO Nº 1045 DE 2017 - NUMOL - IPC - SEDS DO DEPARTAMENTO DE  
MEDICINA LEGAL DA PARAÍBA.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL  
NUCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL  
GERENCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICAS E DE ODONTOLOGIA LEGAL

*Procedências*  
*Mari, 10/05/17*  
*Kallina*

Ofício nº 1045/2017/NUMOL/IPC/SEDS  
Ref. Processo 0800034-02.2016.8.15.0611

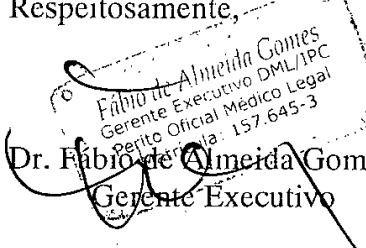
João Pessoa, 27 de abril de 2017.

Senhora Juíza,

Em atenção ao ofício nº 345/2017, datado de 07 de abril de 2017, estamos comunicando a Vossa Excelência, que o nacional JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, deverá comparecer a este DML munido de Atestado e Laudo Médico com CID-10, a este DML, no dia 29 de maio de 2017, para a realização do exame.

Outrossim, comunicamos ainda que ao chegar a este DML, o periciando deverá procurar a funcionária PATRÍCIA DE OLIVEIRA BARROS.

Respeitosamente,

  
Fábio de Almeida Gomes  
Gerente Executivo DML/IPC  
Perito Oficial Médico Legal  
Registro: 157.645-3  
Dr. Fábio de Almeida Gomes  
Gerente Executivo

Exma. Sra.

Dra. Kalina de Oliveira Lima Marques

Juíza de Direito

1ª Instância da Comarca de Mari

Rua Manoel Avelino de Paiva, s/n, Centro-Mari-PB

CEP 58 345-000

**Vara Única de Mari**  
**Rua Cônego Theodomiro de Queiroz, S/N, Centro, MARI - PB - CEP: 58345-000**  
**MARI/PB**

Nº do processo: 0800034-02.2016.8.15.0611

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto(s): [SEGURO]

**Autor:** JOSE FRANCISCO DA SILVA

Endereço: Rua Francisca de Luna Freire, 496, Centro, MARI - PB - CEP: 58345-000

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
**(AUTOR)**

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Mari manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora para comparecer no dia **29/05/2017**, ao Departamento de Medicina Legal, em João Pessoa/PB, munido de Atestado e Laudo Médico com CID-10, para realização do exame. O periciado deverá procurar a funcionária PATRÍCIA DE OLIVEIRA BARROS.

MARI, em 11 de maio de 2017.

MARIA DO SOCORRO DARIO DE ABRANTES  
Servidor

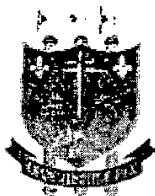
## **CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins que dei inteiro cumprimento ao presente mandado. Dou fé.

MARI

23 de maio de 2017

CARLA VASCONCELOS BEZERRA



**Vara Única de Mari**  
**Rua Cônego Theodomiro de Queiroz, S/N, Centro, MARI - PB - CEP: 58345-000**  
**MARI/PB**

Nº do processo: 0800034-02.2016.8.15.0611  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)  
Assunto(s): [SEGURO]

**Autor:** JOSE FRANCISCO DA SILVA  
Endereço: Rua Francisca de Luna Freire, 496, Centro, MARI - PB - CEP: 58345-000

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
**(AUTOR)**

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Mari manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte autora para comparecer no dia **29/05/2017**, ao Departamento de Medicina Legal, em João Pessoa/PB, munido de Atestado e Laudo Médico com CID-10, para realização do exame.

O periciado deverá procurar a funcionária PATRÍCIA DE OLIVEIRA BARROS.

MARI, em 11 de maio de 2017.

MARIA DO SOCORRO DARIO DE ABRANTES  
Servidor



Assinado eletronicamente por: MARIA DO SOCORRO DARIO DE ABRANTES  
<http://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: 7758890



17051108440037500000007603691



J.F.S.

ANEXO, CERTIDÃO COM INFORMAÇÕES.

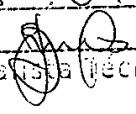
0800034 - 02 - 2016.8.15.0611

CERTIDÃO

Certifico que ATE A PRESENTE  
DATA NÃO APOREOU O RESULTADO  
DO EXAME

O referido é verdade. Dou fé.

Mari, 15 / 09 / 17

  
Analista Técnico

ANEXO, OFÍCIO Nº 360/2017 DA DELEGACIA DE MARI JUNTAMENTE COM O  
LAUDO DE LESÃO CORPORAL.





**Ofício Nº 360/2017**

**Mari, 16 de outubro de 2017.**

**A Sua Excelência o(a) Senhor(a)  
Juiz(a) de Direito da Comarca de Mari/PB**

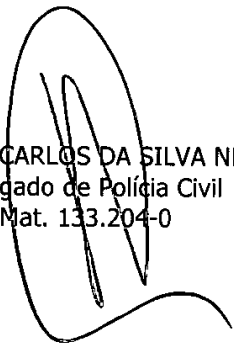
**Assunto: Encaminhando Laudo**

**Ref.: Processo Nº 0800034-02.2016.815.0611**

**Senhor(a) Juiz(a),**

1. Encaminho a Vossa Excelência, para ser juntado aos autos do processo supracitado, o **Laudo LESÃO CORPORAL de nº 03.01.06.062017.14321** (original), solicitado pelo **Fórum de Mari**, através do Ofício nº 345/2017, tendo como vítima **JOSE FRANCISCO DA SILVA**.

Atenciosamente,

  
**MANOEL CARLOS DA SILVA NETO**  
Delegado de Polícia Civil  
Mat. 133.204-0

13:02 16/10/2017 RECEBIDO 



GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL  
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL

## LAUDO LESÃO CORPORAL

Laudo nº 03.01.06.062017.14321

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA

Órgão requisitante: Comarca de Marí/PB  
Dr(a): Kalina de Oliveira Lima Marques

---

Remeter para:  
Ilmo(a) Senhor(a).  
Dr(a) Kalina de Oliveira Lima Marques  
Comarca de Marí/PB

*O requerimento do laudo partiu do Fórum.*



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL  
GERÊNCIA OPERACIONAL DA CENTRAL DE PERÍCIAS MÉDICA E ODONTOLÓGICA LEGAL

C: 330017 Laudo nº: 03.01.06.062017.14321

## LAUDO TRAUMATOLÓGICO

### Ferimento ou ofensa física

Data do exame: 05/06/2017 Hora do exame: 00:00

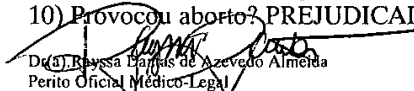
Órgão Requisitante: Comarca de Marí/PB. nº da Solicitação: 345/2017 Autoridade Solicitante: Kalina de Oliveira Lima Marques. Nome: JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, iganos, sexo: Masculino Raça/cor: filho(a) de: ignorado e de: ignorado, Estado civil: ignorado. Nacionalidade: Brasileira. Natural de: ignorado. Profissão: ignorado.

HISTÓRICO: O periciando relata que por volta das 19hs do dia 29.05.2016, sofreu acidente de transito tipo colisão moto-carro quando transitava como passageiro em uma motocicleta.

DESCRIÇÃO: O periciando compareceu para este exame deambulando normalmente, consciente e orientado no tempo e no espaço; apresenta exame físico sem alteração. Conduz atestado médico emitido por Dr Marcelo Carvalho (CRM: 8597/PB), em formulário timbrado da Prefeitura Municipal de Sapé, em 30/05/2016, atestando que o periciando sofreu acidente de motocicleta.

#### QUESITOS:

- 1) Há ferimento ou ofensa física? SIM.
- 2) Qual o meio que o ocasionou? AÇÃO CONTUNDENTE.
- 3) Houve perigo de vida? NÃO.
- 4) Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? NÃO.
- 5) Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? NÃO.
- 6) Provocou aceleração de parto? PREJUDICADO.
- 7) Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? NÃO.
- 8) Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? NÃO.
- 9) Resultou deformidade permanente? NÃO.
- 10) Provocou aborto? PREJUDICADO.

  
Dr(a) Rayssa Barrios de Azevedo Almeida  
Perito Oficial Médico-Legal  
Mat:168.223-7 CRM 7058/PB



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
JUSTIÇA COMUM - 1ª INSTÂNCIA  
COMARCA DE MARI

Ofício nº 345/2017

Mari, 07 de abril de 2017

Ilmo. Senhor  
Diretor do Instituto de Medicina Legal - IML  
João Pessoa/PB.

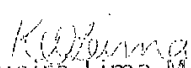
Assunto: Solicitação de perícia

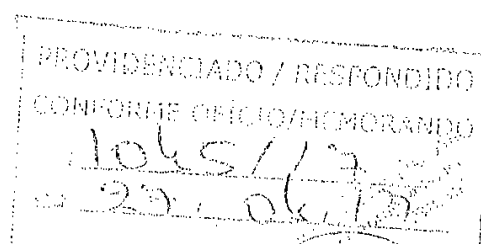
Senhor Diretor,

Através do presente, solicito a Vossa Senhoria, a designação de data e horário para realização de perícia no autor JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, a fim de instruir os autos da Ação de Seguro nº 0800034-02-2016-8.15.0611, promovida pelo autor supracitado contra a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT. Segue cópia anexa dos quesitos apresentados pelas partes.

Na oportunidade, reitero votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

  
Kalina de Oliveira Lima Marques  
Juíza de Direito em substituição



petição de habilitação



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MARI/PB**

**Processo:** 0800034-02.2016.8.15.0611

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE FRANCISCO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do substabelecimento para o fim de regularizar a representação processual da Ré.

Por fim, requer que as publicações sejam realizadas, **EXCLUSIVAMENTE**, em nome do patrono **DR. SUÉLIO MOREIRA TORRES, OAB/PB 15477**, e que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

MARI, 04 de abril de 2018.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477-OAB/PB15477-OAB/PB**

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na OAB/PB sob o nº 15477, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE FRANCISCO DA SILVA JOSE FRANCISCO DA SILVA**, em curso perante a **0ª VARA CÍVEL** da comarca de **MARI**, nos autos do Processo nº 0800034-02.2016.8.15.0611.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2018.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Mari**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800034-02.2016.8.15.0611

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Intime-se as partes para se manifestarem acerca do laudo pericial no prazo de 15 dias e requererem o que entender de direito.

Sem pedido para novas provas, encaminhe-se os autos conclusos para sentença.

MARI, 21 de maio de 2018.

Juiz(a) de Direito